

# A expressão da liberdade humana no misticismo judaico

The expression of human freedom in Jewish mysticism

## RACHEL ELIOR

Professora de Filosofia Judaica e Pensamento Místico Judaico na Universidade Hebraica de Jerusalém, Israel.

Traduzido do inglês por Hedy Lorraine Hofmann

**RESUMO** O presente artigo aborda as origens do pensamento místico dentro do judaísmo, analisando a conjuntura histórica marcada pelo exílio e por perseguições que acabou por fomentar, entre o povo de Israel, profundas esperanças de um outro mundo – de redenção, igualdade e justiça. Focaliza-se a corrente de pensamento místico que se formou na Espanha, na esteira das Cruzadas no final do século XIII: a *Kabbalah*, cujo alicerce é a liberdade da imaginação para criar novas realidades textuais invisíveis e novos mundos rituais que valorizariam a passagem do exílio para a redenção. Destaca-se o conceito de *Shekhinah*, “o mundo da palavra”, a lei oral, identificada com a presença feminina de Deus, símbolo transformador dos tormentos do exílio em uma realidade de plena libertação.

**PALAVRAS-CHAVE** filosofia judaica; misticismo judaico; liberdade; *Kabbalah*; *Shekhinah*.

**ABSTRACT** This article discusses the origins of mystical thought within Judaism, analyzing the historical juncture marked by exile and persecution which turned out to foster, among the people of Israel, deep hopes of another world – a world of redemption, equality and justice. It is focused on the mystical school of thought which flourished in Spain, after the Crusades at the end of the 13th century: the *Kabbalah*, whose foundation lies on the freedom of imagination to create new invisible textual realities and new rituals that would value the passage from exile to redemption. The article highlights the concept of *Shekhinah*, “the world of the speech”, the oral law, identified with the feminine presence of God, a symbol of the transformation of exile torments into a reality of full liberation.

**KEYWORDS** Jewish Philosophy; Jewish mysticism; freedom; *Kabbalah*; *Shekhinah*.

**EM UM ENSAIO INTITULADO “AS ORIGENS DE ISRAEL”, ESCRITO EM 1953, SIR ISIAIAH Berlin (1909-1997), renomado filósofo judeu britânico e um dos palestrantes mais argutos de sua geração, perguntou teoricamente: “Qual é o problema do povo judeu?”. Sua resposta foi: “Os judeus gozaram de um excesso de história e de uma falta de geografia” (BERLIN, 2001, p.143).**

No decorrer de 3500 anos de história judaica, uma história dispersada através de uma geografia universal muito ampla, já que a maioria dos judeus viveu no exílio durante a maior parte de sua história, o povo judeu formou uma comunidade de memória, uma memória que transcendeu as fronteiras geográficas e concentrou-se na manutenção de uma identidade judaica distinta em torno dos ciclos eternos sagrados do tempo santo. Essa identidade judaica pode melhor ser caracterizada pela herança textual sagrada, uma herança lida continuamente e em voz alta a cada sétimo dia, no *Shabat*, em ciclos eternos sagrados de tempo santo, onde quer que vivessem. Esses ciclos eternos sagrados da leitura pública da lei divina sagrada foram instituídos com a finalidade de consolidar essa memória comunitária em dias santos de descanso permanentes e recorrentes; ex-

pressavam um calendário sagrado de liberdade segundo os ciclos bíblicos dos Shabatot e os sete festivais ou dias santos fixados pelo Eterno (Levítico 23). Os membros da comunidade judaica consagraram esses ciclos pré-fixados de tempo santo ao lerem, juntos, porções do Pentateuco e os capítulos dos livros proféticos, aqueles reunidos na *Bíblia Hebraica* nos 70 dias de liberdade a cada ano. Essa leitura pública, que acumulou várias direções adicionais de interpretação e exegese, mito, oração e poesia, ocorria porque o trabalho era completamente proibido, e a leitura pública era obrigatória nos 52 Shabatot e nos 18 dias das festas que cumpram essa liberdade. Os judeus liam juntos os antigos textos sagrados e lhes acrescentavam oração e poesia, bem como a livre interpretação humana; envolviam-se na construção de pontes para preencher a lacuna entre o passado ideal da aliança bíblica na Terra Santa e o futuro messiânico, do qual se esperava que devolvesse os membros da comunidade da memória à sua antiga terra, conforme prometido na antiguidade por uma aliança divina.

A tradição mística judaica que acrescentou novos significados aos textos sagrados e abriu novos horizontes havia se desenvolvido entre esses dois polos, o passado e o futuro, em duas etapas – (a) a comemoração do ciclo de liberdade e letramento da aliança sétupla eterna, associada com o tempo santo e a adoração no Templo, no céu e na terra; (b) o culto de esperança transcendental, além das restrições de tempo e lugar, por uma redenção que era percebida como o retorno dos exilados à sua terra, através da criação de um mundo imaginário alternativo em textos sagrados “novos-velhos”, no céu e na terra. A primeira etapa, que se formou nos dois milênios antes e depois da Era Comum, foi chamada o Misticismo da Carruagem, ou *Heikhalot* e *Merkabah* (SCHOLEM, 1941, pp.40-79; ELIOR, 2004), e enfocava os sete santuários celestiais onde

ciclos de liberdade, multiplicados por sete, eram mantidos em uma ordem litúrgica eterna celebrada pelos santos anjos (ELIOR, 2006). A segunda etapa, que se formou na Espanha na esteira das Cruzadas no final do século XIII, é chamada a *Kabbalah*, e enfocou a liberdade da imaginação para criar novas realidades textuais invisíveis e novos mundos rituais que valorizariam a passagem do exílio para a redenção.<sup>1</sup>

A primeira etapa da tradição mística, *Heikhalot* e *Merkabah*, tratava da glória do passado bíblico em torno de um Templo ideal (*Heikhal*) onde as tábuas da aliança eram preservada no Santo dos Santos, sob a Carruagem Divina dos Querubins (*Merkabah*), juntamente com os “espíritos do conhecimento, da verdade e da justiça” e os ciclos de liberdade divina (*moadei dror*), que eram preservados pelo ritual perpétuo e pela liturgia. A segunda etapa, *Kabbalah*, enfocou as relações dialéticas entre o mundo invisível oculto de “trinta e dois caminhos da sabedoria” – inclusive vinte e duas cartas de fundação da língua santa (*otyot yesod*) e dez números infinitos de poderes criativos (*sefirot*), formados por revelação divina e desenvolvidos infinitamente pela liberdade humana de interpretação e imaginação criativa – e o futuro messiânico, associado com esperanças de libertação do exílio através de uma criatividade textual contínua que diz respeito às infinitas camadas ocultas de significado dentro dos textos sagrados que fazem a ligação entre o céu e a terra. A fim de compreender os antecedentes do desenvolvimento dessas duas fases do Misticismo Judaico, bem como a sua finalidade, é necessária uma curta revisão da vida ideal da comunidade judaica, aquela que cultivou a liberdade, o letramento, o estudo e a imaginação criativa.

Até o último terço do século XIX, em qualquer congregação judaica no Oriente Médio, Europa, Balcãs, Rússia e África Oriental ou África do Nor-

te, todos os membros da comunidade viviam de acordo com um calendário sagrado judaico tradicional que comemorava o *Shabat* semanal e os sete momentos anuais nomeados pelo Eterno. Os membros da congregação ensinavam e legavam a seus filhos que eles também pertenciam à “casa de Jacó e aos filhos de Israel”; que a história antiga de libertação da escravidão e de troca da maldade humana pela justiça divina é contada na sagrada *Torá* (Antigo Testamento), dentro dos textos sagrados de origem divina escritos na língua sagrada, o hebraico, que deveria ser o foco central de sua vida cotidiana, durante toda a sua vida; que são responsáveis pela continuidade do povo judeu desde o passado antigo, quando uma aliança eterna de liberdade foi estabelecida entre Deus e seu povo, até o futuro imprevisível, quando a aliança será retomada no momento da libertação do exílio. A responsabilidade, *ahrayut*, em hebraico, é derivada da palavra “outras pessoas”, *aher*: a condição prévia da responsabilidade individual pela continuidade comunitária era viver segundo a lei divina que formava a aliança e a tradição religiosa que era fundada na liberdade (acalentada pelos escravos libertos em dias e anos séptuplos e sagrados de liberdade, *Shabat*, Ano Sabático, Jubileus), conhecimento (da lei divina eterna através de ciclos permanentes de literacia pública e estudos contínuos), verdade (conforme escrita na sagrada escritura e interpretada por autoridades doutas), e justiça (conforme ordenada na *Bíblia Hebraica* e interpretada pela *Halakhah*). O povo judeu, em todos os lugares, afirmou que pertence a uma nação antiga que sempre consagrou a liberdade e o conhecimento defendidos pela lei divina, a qual era dirigida para a justiça social e a igualdade, desde aquela época na Antiguidade em que foi libertado por Deus da crueldade da servidão humana e da escravidão arbitrária no Egito.

Os homens instruídos da comunidade judaica aderiam aos conceitos de igualdade, liberdade, conhecimento, verdade e justiça que diziam respeito igualmente a todos os indivíduos do sexo masculino e eram interdependentes uns dos outros, segundo a lei divina dentro de uma sociedade que nunca estabeleceu estratos sociais ou direitos natos. Contudo, havia uma exceção. Uma entre as doze tradicionais tribos da nação, a tribo de Levi, a tribo Sacerdotal e Levítica, foi divinamente escolhida, segundo o Pentateuco, como responsável pelo ensino dessas leis a todas as outras tribos (Lev. 10:11; Deut. 33:10). A tribo de Levi, dividida em Sacerdotes (*Cohanim*) e Levitas, foi exclusivamente nomeada para realizar o culto, o ritual e a liturgia divinos, preservando os eternos ciclos sagrados de liberdade no Templo de Jerusalém e, assim, recebera deveres especiais e direitos especiais derivados das obrigações que serão mencionadas a seguir. A tradição mística judaica na antiguidade começara nos círculos sacerdotais-levíticos, como será explicado a seguir. O bem-estar bíblico da comunidade judaica e os princípios de justiça social eram fundados em uma retórica de deveres impostos igualmente a todos os membros da comunidade com respeito ao ciclo séptuplo de repouso acima mencionado, à lei eterna sagrada e à literacia pública obrigatória, que, por sua vez, eram igualmente baseados na revelação divina e na aliança eterna outorgada após a libertação da escravidão.

Na esteira da conquista da Terra de Israel (175 AEC) pelo reino greco-selêucida (Antíoco-Epifanes, da casa de Seleuco), e a conquista romana que se seguiu (63 AEC) com a destruição do Templo de Jerusalém (70 EC), ocorreram profundas mudanças sociais, e um grande número de pessoas da nação foi banido e exilado. A hierocracia dinástica bíblica dos levitas e cohanitas (*Hacohanim bnei Zadok veanshei beritam*) passou dos sacerdotes za-

*doqitas* bíblicos a sacerdotes helenizados (175 AEC - 159 AEC), deles para os sacerdotes hasmoneus, também conhecidos como macabeus (152 AEC - 33 AEC), e deles para os fariseus, sábios ou rabinos, depois da conquista romana da Terra de Israel (63 AEC) e da destruição do Segundo Templo (70 EC). Diferentemente dos sacerdotes consagrados da tribo de Levi, que estavam presos a essa unidade de tempo sagrado (ciclo séptuplo de liberdade), lugar sagrado (o Templo de Jerusalém no Monte Sião, onde outrora esteve a Carruagem Divina dos Querubins) e ritual (ciclo de sacrifício-liturgia-ritual, segundo o ciclo de liberdade séptuplo e conduzido no Templo de Jerusalém), tudo centrado no Templo e no culto no Templo em Jerusalém, de acordo com a lei escrita sagrada, os fariseus (*prushim*, *mefarshim*, intérpretes), os sábios ou rabinos que os substituíram formularam um novo princípio de liberdade, a liberdade humana de interpretação em torno da “lei oral”. Esse novo conceito era associado com o “selamento da profecia divina” (URBACH, 1946; 1979a; 1979b) e com a canonização da *Bíblia*. Os sábios ou rabinos agora podiam officiar em todos os lugares, em todos os momentos, com base na realização pessoal advinda do estudo da lei, ou devido à meritocracia do conhecimento e da autoridade humana baseada na responsabilidade comunitária. Em todos os lugares e em todos os séculos, os homens mais velhos da comunidade nomeavam professores para a educação gratuita de todas as crianças do sexo masculino, uma dívida comunitária que permitia que todos fossem ensinados a ler em hebraico e tivessem um bom conhecimento da lei judaica. Além disso, nomearam autoridades rabínicas dentro de cada comunidade, que representavam a tradição intelectual-jurídica, o valor central do estudo e a ordem social ideal. Os membros masculinos da comunidade ensinavam seus filhos homens a orar

a Deus, obedecer os Dez Mandamentos do Eterno e sua expansão bíblica, desenvolver a obrigação de estudar a vida inteira sempre que possível, amar a lei escrita e buscar o estudo interpretativo contínuo e permanente da lei oral jurídica. Os pais e professores instruíam as crianças a estabelecerem grandes famílias na segunda década de suas vidas, depois dos 13-14 anos de idade, que cultivariam com carinho toda vida humana. Instruíam-nas a participar nas responsabilidades comunais pertinentes à justiça social, à lei e à literacia, à caridade e à comemoração ritual dentro da vida comunitária dirigida para a continuidade, progênie, prosperidade e posteridade, com base na liberdade e na literacia. Concentravam seus esforços dentro de um sistema escolar tradicional compulsório, no qual a educação pública era gratuita para todos e obrigatória para todas as crianças judias do sexo masculino, sem exceções.<sup>2</sup> Todos eram incluídos, não importando qual a sua origem social, seus recursos econômicos ou sua inclinação pessoal; era exigido de todos, nas idades entre 3 e 13 anos, que aprendessem a ler nas línguas hebraica e aramaica, como uma obrigação religiosa, sob a responsabilidade da congregação judaica, conforme as percepções de liberdade de pensamento, vida comunitária sob a lei religiosa e continuidade da vida no exílio. Todos esses ideais dependiam da literacia de todos aqueles membros que formavam a identidade comunitária, que reverenciavam a liberdade de pensamento, o estudo, a indagação e a criatividade, ao mesmo tempo em que exigiam a unidade da ação tradicional em questões existenciais.<sup>3</sup>

A vida comunitária girava em torno da sinagoga, onde, continuamente, eram feitas orações e estudos públicos em ciclos fixos e onde, incessantemente, se transmitiam as principais pedras de toque da identidade judaica e da memória nacional, a fim de se obter e preservar a continuidade e pros-

peridade. Nunca houve um foco espiritual central para a comunidade judaica ou uma organização religiosa central, como havia na Igreja Cristã. Também não havia uma figura central ou líder, como um papa, um bispo, ou sequer uma entidade central investigativa, como a Inquisição Espanhola. Toda comunidade judaica, grande ou pequena, no mundo inteiro, formava a sua própria liderança religiosa, escolhida pelos homens entre o público educado, bem como sua liderança laica, que era escolhida entre os prósperos em questões cotidianas e que, conjuntamente, eram encarregadas de todos os aspectos jurídicos, culturais e sócio-religiosos que regulavam as questões existenciais.

Leitura e escrita, literacia e indagação, ou livre criação por meio de palavras e números em todas as formas literárias, eram livres de restrições ou limites para todos os homens da comunidade judaica e eram altamente valorizadas e incentivadas. As lideranças religiosas e leigas eram baseadas somente em meritocracia, na sua ordem jurídica ideal, e eram nomeadas pelos votantes do sexo masculino pertencentes à comunidade, por um período pré-determinado. A vida interna da comunidade judaica era sempre regulada de acordo com a lei judaica conhecida como *Halakhah* (derivada da palavra caminhar, *halikhah*, indicando a adaptação da lei a mudanças de situação e a negociações entre os princípios permanentes e a mudança na interpretação humana), enquanto que as relações com os não-judeus eram reguladas pelos sistemas jurídicos nacionais vigentes no lugar onde viviam, bem como pela lei judaica. A vida privada ou a vida familiar eram, naturalmente, muito mais diversificadas e muito menos supervisionadas, pois esses aspectos encontravam-se nas mãos de mulheres judias. Essas mulheres, que não faziam parte da educação pública compulsória da comunidade judaica, eram dadas em casamento em idade precoce, na

sua segunda década de vida, por seus pais através de um sistema que usava os serviços de casamenteiros. O sistema expressava os ideais de uma comunidade que não permitia que houvesse celibatários ou solteironas e que fomentava o casamento para todos os membros como um ideal religioso e social orientado para a procriação e a continuidade, fixada pelos ciclos de pureza e impureza, regulando a forma de as pessoas estarem juntas e separadas, ciclos estes contados por sete dias de pureza antes da união sexual. Quanto mais douto o estudante, mais desejado era como noivo, e a nova mais desejada seria a filha do rabino mais douto. Os filhos ideais, na comunidade tradicional, eram os meninos que demonstrassem uma inclinação visível para se tornarem estudiosos, e as meninas ideais eram aquelas que viessem a apoiar a vida dos seus maridos, os estudiosos, e tomariam a responsabilidade por todas as questões importantes da vida familiar. Os cônjuges eram cuidadosamente selecionados de acordo com as realizações intelectuais dos indivíduos e das famílias, limitações de saúde e ambições sociais, sendo escolhidos com o intuito de avançar as posições de ambas as famílias, além de serem dirigidos para a progênie, o estudo e a continuidade. Segundo a lei judaica, qualquer casamento que não fosse satisfatório para uma ou ambas as partes podia ser encerrado mediante o divórcio por vários motivos. Ambas as partes podiam, então, casar de novo e fazer nova tentativa de estabelecer uma família.<sup>4</sup>

Esses eram os ideais da vida pública e privada, que inevitavelmente se entrecrocavam com as restrições da realidade e a dureza da existência, com as inclinações e interesses humanos contraditórios, bem como vários desafios pessoais e sociais; assim mesmo, toda comunidade judaica era fundada nas acima mencionadas pedras de toque da memória nacional e nos ideais da lei divina, justiça social,

conhecimento e literacia que estavam embutidos na vida familiar consagrada, apoiando a educação e o estudo dentro da congregação tradicional.

A memória nacional judaica começara havia três milênios e meio, conforme narrado no Livro Bíblico do *Êxodo*, no qual a palavra “nação” ou “povo”, ‘*am*’, é mencionada pela primeira vez. O contexto histórico é bem lembrado – Moisés exige do Faraó, o poderoso rei do Egito, que havia escravizado os judeus por muitos anos: “Deixe o meu povo partir”.

A história judaica começou como uma história de escravidão. É bem provável que esta seja a única história nacional no mundo ocidental que escolheu a escravidão e a atrocidade humana, a injustiça e a crueldade como o principal ponto de partida, a fim de celebrar a liberdade humana, a justiça, a literacia, a lei eterna e a libertação divina. Os judeus celebram a festa da Liberdade, conhecida como *Pessach*, ou o festival da Libertação – *Hag haHerut*, todos os anos, em todas as comunidades judaicas em todo o mundo, nos últimos três milênios e meio. Esse é um feriado para lembrar o passado antigo, em que os judeus foram escravos no Egito, conforme relatado detalhadamente nos primeiros quinze capítulos do *Livro de Êxodo* (escrito nos primeiros séculos do Primeiro Milênio AEC), e recontado na *Haggadah*. A *Haggadah* é um livreto dedicado à história dessa festa (escrito nos primeiros séculos do primeiro milênio EC), um guia para o banquete especial do feriado no qual a liberdade humana-divina é celebrada com as crianças, em poesia e prosa, ao mesmo tempo em que se condena a subjugação à servidão humana sob qualquer pretexto.

Na *Bíblia*, Deus, muito frequentemente, apresenta-se como libertador do povo israelita escravizado: “Eu sou o Eterno teu Deus, que te tirei do Egito, da casa dos escravos (Ex. 20:2).”<sup>5</sup>

A *Bíblia* estabelece a ligação entre Deus, o libertador, e seu povo libertado, conforme fundamentado no conceito de aliança eterna, combinando mandamento e lei, moralidade e justiça, contando, contabilizando e recontando, relatando e mais uma vez relatando a história antiga; tudo com o intuito de perpetuar e guardar a liberdade em relação a ciclos eternos de liberdade e descanso, conhecimento e literacia, verdade e justiça, como será explicado a seguir. Na tradição judaica, Deus é mencionado com gratidão como eterno libertador da servidão no Egito, bem como redentor esperado dos sofrimentos do exílio na época da redenção. Os escravos, gratos ao serem libertados da servidão humana no Egito, aceitaram voluntariamente uma lei divina e a justiça sagrada que prometia liberdade e igualdade em lugar da soberania despótica, da crueldade e da escravidão, que asseguravam apenas subjugação, asfixia e extinção. Além disso, a *Bíblia* afirma que os judeus trocavam a subjugação cruel na “casa de servidão”, uma casa na qual todo governante humano poderoso poderia ter mudado a lei contra o seu povo segundo uma decisão má e arbitrária, por uma posição orientada pela obediência voluntária às eternas e divinas leis de liberdade, repouso completo e justiça social, as quais nunca poderiam ser mudadas por capricho ou decreto humano.

Essa lei divina e eterna, fundamentada em ciclos séptuplos de liberdade, estabelecida na aliança do Sinai no *feriado de [sete] semanas e alianças* conhecido como *Shevuo’t/Shavuo’t* (Ex. 20:7-10; Lev. capítulos 23 a 25), foi promulgada sete semanas após o êxodo do Egito (Ex. capítulos 1 a 20). A aliança foi preservada, gravada em duas tábuas de pedra no Santo dos Santos, na arca do deserto (Ex. 25:16-22), e, posteriormente, no Templo de Jerusalém (I Reis e 6:23-32; I Crônicas 28:18). Esse lugar elevado (onde tempo sagrado e lugar sagra-

do, aliança sagrada e memória sagrada foram unidos de acordo com a memória comunitária e a história bíblica) é descrito na poesia mística da Divina Carruagem dos Querubins (I Crônicas 28:18; Ex. 25:8-22; I Reis 6:23-32), conhecido como Cânticos do Sacrifício do *Shabat*.<sup>6</sup> Os Cânticos foram encontrados entre os Pergaminhos do Mar Morto, escritos por círculos sacerdotais que se chamaram pelo nome bíblico *haCohanim bnei Zadok veanshei beritam* (Os Sacerdotes filhos de Zadok e seus aliados) na segunda metade do primeiro milênio AEC. Descrevem o espaço eterno da Divina Carruagem dos Querubins como uma morada de conhecimento, verdade e justiça:

Espiritos do conhecimento da verdade e da justiça no Santo dos Santos.

As imagens de seres vivos semelhantes a Deus, imagens de espíritos luminosos.

Todos os seus feitos são de coisas sagradas, de unificações maravilhosas.<sup>7</sup>

A revelação no Sinai (Ex. capítulos 19-20), que ocorreu no feriado das alianças (NEWSOM, 2000, pp.339-341), *Shevuo't* (Jubileus 1:1; 6:17-22), um feriado conhecido, no mundo cristão, como Pentecostes, introduziu para o povo judeu libertado as fundações da lei divina eterna de liberdade e justiça social descrita acima como o “conhecimento da verdade e da justiça” ou “conhecimento, verdade e justiça”, e como “tempos marcados de liberdade” – רוחות דעת אמת וצדק בקודש קודשים; מועדי דרוך.<sup>8</sup>

A lei estabeleceu uma sociedade que não reconhecia direitos natos excepcionais, nobreza permanente, escravidão indefinida, estratificação social, superioridade e inferioridade dinástica, direitos feudais, raça ou cor, ou qualquer outra distinção significativa entre o povo judeu, eis que todos os

homens nele nascem iguais, com uma exceção, a tribo de Levi, conforme observado anteriormente, aqueles que, segundo a ordem bíblica, eram encarregados dos ciclos eternos do culto divino e do ensino público da lei (*Êxodo* 28-30; Deut. 33:8-11). A tradição jurídica e moral detalhada no Pentateuco explica os diferentes mandamentos divinos pertinentes a cada aspecto da vida individual e comunitária em uma sociedade patriarcal tradicional, na qual todos os membros do sexo masculino nasceram iguais e estão sujeitos à mesma lei divina.

Conforme observado anteriormente, havia uma exceção a esse princípio da igualdade masculina judaica. A tribo de Levi (o terceiro mencionado entre os doze filhos homens de Jacó que constituíam a “Casa de Jacó”, ou os “Filhos de Israel”, que foram libertados do Egito, a “casa da escravidão”), a tribo da qual vem Moisés (neto de Levi, o redentor e legislador, que foi definido como profeta e como “homem de Deus”, assim como o seu irmão Arão, que era encarregado dos sacerdotes) é descrita na *Bíblia* como a tribo escolhida, que é a única responsável pelo ensino da lei e pela observância do culto divino no Templo e por realizar os seus ciclos rituais (Números 16:9 e 18:1-20; Deuteronômio 18:5 e 33:10). Ao contrário de todas as outras tribos que haviam recebido pedaços da Terra de Israel para estabelecer-se, trabalhar e ganhar a vida, foi-lhes dito: “Os sacerdotes levitas, toda a tribo de Levi, não terão parte nem herança dentro de Israel. Poderão comer do sacrifício que é destinado ao Eterno, mas não terão herança entre os outros membros da comunidade: o Eterno é a sua herança, conforme Ele lhes prometeu” (Deuteronômio 18:1-2; Ezequiel 44:28). Esperava-se que todo o seu tempo fosse dedicado ao culto ritual, ao estudo da lei, à leitura audível e clara na convocação pública semanal, ao ensino de todas as crianças do sexo masculino com idades entre 3 e 13 anos

a ler e observar os ciclos sagrados de liberdade e repouso completo (Lev. 10:11; Deut. 33:10). Esses ciclos perpétuos de tempo sagrado, que são chamados em hebraico de *mikraei kodesh* – leitura pública sagrada e, em inglês, “convocação sagrada”, foram definidos no capítulo 23 do Levítico, na sentença basilar:

O Eterno falou a Moisés, dizendo: “Fale ao povo de Israel e diga-lhes: Essas são as festas fixas do Eterno, que vós proclamareis como convocações sagradas, minhas festas fixas. Seis dias se trabalhará, mas o sétimo dia é um *Shabat* de repouso completo, uma convocação sagrada: vós não trabalhareis; é *Shabat* para o Eterno em todos os lugares onde morarem. Essas são as festas fixadas pelo Eterno, as convocações sagradas, que celebrareis no momento marcado para elas.” (Lev. 23:1-4)

As frases seguintes em Levítico 23 descrevem os sete tempos determinados pelo Eterno – convocações sagradas quando a *Torá* é lida em voz alta publicamente –, que são celebrados anualmente nos primeiros sete meses do ano começando na primavera (*Êxodo* 12:2) com o festival da Liberdade, *Pessach*, no meio do primeiro mês (Lev. 23:5), continuando com o festival da aliança, *Shevuo*’t/*Shavuo*’t, no meio do terceiro mês, e acabando com o sétimo feriado, o festival das Cabanas (*Sukkot*), no meio do sétimo mês (Lev. 23:33-36). As três festas acima mencionadas são festas de peregrinação, que eram celebradas com grande júbilo pela nação inteira no Templo de Jerusalém no decorrer do milênio que havia funcionado sob a liderança dos sacerdotes levitas da casa de Zadoque. A cada sétimo ano, havia um ano sabático, e, a cada quarenta e nove anos, havia um ano de Jubileu (Lev. 25). Todas essas divisões séptuplas do tempo sagrado, marcando a resignação humana ascendente, tem-

pos de repouso e liberdade do trabalho e uma oportunidade sagrada para a literacia pública, são chamadas de “tempos fixados de Liberdade” (*moa’dei dror*) (ELIOR, 2004, pp.1-29).

O culto no Templo, conforme realizado pelos filhos de Levi, os Sacerdotes e os Levitas, havia servido ao propósito basilar de observar os ciclos eternos de liberdade, conhecimento, justiça e literacia pública associados com o *Shabat*, as sete festas fixadas pelo Eterno, o ano sabático e o ano do Jubileu. Em todos aqueles ciclos séptuplos dos “dias nomeados pelo Eterno”, a jubilosa liberdade é celebrada, o trabalho (que, em hebraico, deriva da mesma raiz de escravidão) é completamente proibido, e a santa convocação à leitura pública da lei para comemoração da história da comunidade é obrigatória. Esses dias santos acumulam até setenta dias de liberdade por ano, 52 de *Shabat* e 18 dias de festas, que foram proclamadas como santas convocações para a leitura pública (Levítico 23). Além desses ciclos séptuplos anuais de liberdade, que promoviam a igualdade entre todos aqueles que não trabalham, e cultivando a literacia entre todas as pessoas que ouvem a leitura pública 70 dias por ano, foi acrescentado um ano sabático a cada sete anos e foi celebrado um ano de Jubileu após 49 anos, ou após terem se passado sete anos sabáticos (Levítico 25), ordenando o repouso compulsório do povo e da terra e exigindo a libertação compulsória de todos os escravos. Essa resignação da soberania humana (abrir mão de uma oportunidade de lucrar através da manipulação do solo e das pessoas) em benefício de toda a comunidade foi exigida de acordo com o princípio da “retórica dos deveres”, imposto igualmente sobre todo indivíduo, em nome dos direitos da comunidade inteira. Todos esses ciclos séptuplos de liberdade, literacia, libertação e igualdade foram observados e anunciados pelos Sacerdotes do Templo, segundo

a ordem bíblica que associava tais ciclos com a produção agrícola das sete espécies da Terra de Israel (Deut. 8:7-8), que crescem segundo datas fixas no decorrer dos primeiros sete meses do ano bíblico (YADIN, 1977, pp.74-109) depois de *Pessach* e antes de *Sukkot*, entre *Nissan*, o primeiro mês, e *Tishrei*, o sétimo mês. As sete espécies de produtos agrícolas que cresciam durante os primeiros sete meses do ano na Terra de Israel eram consideradas uma bênção divina para aqueles que guardavam os ciclos séptuplos de liberdade; portanto, só podiam ser usadas depois de serem levadas ao templo e santificadas pelos sacerdotes. Os ciclos séptuplos de liberdade eram simbolizados pelos sete braços do candelabro de ouro (*Êxodo* 37:17-22) que ficava no Templo e eram preservados pela liturgia e pelos rituais que eram realizados de acordo com um ciclo séptuplo eterno pré-calculado. Em hebraico, a palavra para o número sete, *sheva'*, e a palavra para um juramento vinculante e aliança eterna, *shevua'*, são derivadas do mesmo tronco e raiz: a aliança entre Deus e seu povo era baseada em contar e comemorar os ciclos séptuplos eternos de repouso e liberdade e literacia pública a cada sete dias, a cada sete festas nos primeiros sete meses do ano, quando as sete espécies estão crescendo, a cada sétimo ano sabático e a cada ano de Jubileu, após terem se passado sete anos sabáticos.

A tradição mística judaica começou há cerca de 2.600 anos, após a destruição do Primeiro Templo (597-587 AEC). Essa tradição emergiu dos círculos sacerdotais associados com os sacerdotes *zodoquitas*, com a visão profética do santuário celestial que correspondia ao santuário terreno onde se realizavam os ciclos séptuplos de liberdade que haviam sido mantidos pelo Sacerdote e pelos Levitas por muitos séculos. No centro do Templo de Jerusalém, no Santo dos Santos, ao lado do lugar do candelabro dourado de sete braços, ficava uma estrutura

de ouro conhecida como a Carruagem dos Querubins (I Reis 6:19-30; I Crônicas 28:18; II Crônicas 3:10-13). O santuário celestial era o lugar transcendente onde a Carruagem dos Querubins tinha sido revelada, conforme observado pelo “sacerdote Ezequiel, filho de Buzi, na Terra dos caldeus, junto ao rio Chebar, e a mão do Eterno estava sobre ele lá” (Ezequiel 1:1, cf Caps. 1,3,10). A visão mística sacerdotal-profética, expressando a transcendência dos limites de tempo e lugar, foi escrita devido à destruição do Primeiro Templo pela mão desse sacerdote-profeta da Casa de Zadoque, que havia sido exilado na Babilônia (Eze. 1:1-3). A visão profética surpreendente que ocorreu no início do século VI AEC revelou a dourada e divina Carruagem dos Querubins que havia sido colocada como sinal da aliança no Santo dos Santos no Templo de Jerusalém, onde eram mantidos os eternos ciclos séptuplos de liberdade segundo uma ordem ritual permanente. Essa peça central invisível do culto divino do Templo, observada apenas uma vez por ano pelo Sumo Sacerdote, no Dia da Penitência (Le. 16), havia sido construída de acordo com um desenho divino no Século X AEC segundo a historiografia bíblica, e fora colocada no Templo de Jerusalém (I Reis 6:19-30; I Crônicas 28:18); desde aquele tempo até o final do período do Primeiro Templo (925-587 BCE) com a conquista de Jerusalém pelos babilônios (597-587 AEC). Os Querubins dourados da Carruagem no Templo de Jerusalém eram associados com os Querubins do Jardim do Éden (Gênesis 3:24) e com a visão dos Querubins que haviam sido mostrados a Moisés no Monte Sinai (Ex. 25:8-9; 17-22). Ezequiel, o sacerdote-profeta exilado, enxergou, na sua visão, uma assembleia celestial multivalente animada no divino santuário interno onde outrora ficava a Carruagem dos Querubins; ele viu a Carruagem em sua glória celestial, em uma luminosa beleza animada e vozes

laudatórias depois que fora, na verdade, demolida quando o Templo de Jerusalém foi arrasado pelo exército babilônio (HALPERIN, 1988; ELIOR, 1997). A tradição mística visionária da Carruagem dos Querubins, o centro do lugar santo no céu e na terra – um símbolo da revelação divina que ocorreu no Monte Sinai e da aliança eterna entre Deus e seu Povo (*Êxodo*, caps. 19-20), aquela que era representada no santuário interno do Primeiro Templo e que começara como uma profecia bíblica dentro do contexto sacerdotal –, continuou numa nova direção místico-litúrgica, quando a “visão da Carruagem” aparece nas *Canções do Sacrifício do Sábado*, quer foram encontradas entre os Pergaminhos do Mar Morto (NEWSOM, 1998; 2000). Essa mística liturgia sagrada que pertencia aos sete santuários divinos, descreve, em enigmática linguagem mística, o ciclo séptuplo eterno de bênçãos angelicais e cantos laudatórios que ocorriam perpetuamente em sete santuários celestiais, onde sete carruagens celestiais dos querubins haviam sido colocadas no mundo visionário da Carruagem. O serviço angelical nos santuários celestiais era moldado segundo o serviço do culto divino sacerdotal-levita do Primeiro Templo, o qual era dedicado a calcular e observar o eterno ciclo séptuplo dos dias sagrados de liberdade. Os textos poéticos místicos da liturgia angelical e os santuários celestiais que eram descritos como *Canções do Sacrifício do Sábado* foram encontrados entre os Pergaminhos do Mar Morto, conforme observado acima. Todos os pergaminhos encontrados nas cavernas do Deserto de Judeia, junto ao Mar Morto, são Escrituras Sagradas que foram escritas e copiadas em círculos sacerdotais-levitas que se chamavam de Sacerdotes *Zadoquitas* e seus aliados.<sup>9</sup>

Os sete santuários celestiais eternos, junto com os eternos ciclos séptuplos da liturgia angelical, correspondiam ao calendário solar pré-calculado

dos “tempos de liberdade divinamente nomeados”: os 52 sábados recorrentes e calculados que apareciam em um ano de 364 dias, começando na primavera, figurativamente substituíram o inacessível Templo terreno na consciência dos autores que transferiram e depositaram o serviço sacerdotal terreno que se destinava a comemorar eternos ciclos séptuplos de liberdade nas mãos dos anjos que serviam aos céus, os quais haviam cantado e abençoado em sete santuários celestiais onde outrora havia sete carruagens divinas. Nos cantos sacerdotais místicos antigos, que passaram a ser conhecidos como a *Liturgia Angelical* ou *Cantos do Sacrifício de Sábado*, aparecem impressionantes grupos séptuplos de anjos sacerdotais (*kohanei-korev*), que são descritos como servindo nos sete santuários celestiais onde haviam estado as sete carruagens dos querubins, sagrando a Deus e Seus ciclos eternos de liberdade, santidade, justiça e literacia (Levítico 23:4) por meio de hinos laudatórios e bênçãos pronunciadas pelos anjos, segundo a divisão eterna séptupla do tempo, conforme aparece no sagrado calendário solar pré-calculado sacerdotal de 364 dias.<sup>10</sup>

A intenção dessa literatura mística judaica a respeito dos eternos ciclos séptuplos do tempo sagrado de liberdade observados pelo culto divino angelical em sete santuários celestiais era a manifestação de uma compensação visual e auditiva, ou uma alternativa mística permanente, que prometia a comemoração celestial eterna pelas perdas do sagrado no plano terreno, bem como a esperança para os exilados, os depostos e os vencidos, que acreditavam que a redenção divina inevitavelmente ocorreria depois dos eternos ciclos de liberdade séptuplos da aliança: o *Shabat* semanal, tempos sete vezes fixados pelo Eterno nos primeiros sete meses do ano bíblico que começa na primavera (Ex. 12:2), um ano sabático a cada sétimo anos e o Jubileu a cada quadragésimo nono ano. Os pro-

fetas, sacerdotes e poetas inspirados que compuseram os primeiros capítulos do Misticismo visionário-auditivo da Carruagem na segunda metade do primeiro milênio antes da era comum garantiram aos seus leitores e ouvintes que o Templo, que comemorava ciclos séptuplos perpétuos de santidade, liberdade e literacia pública (Levítico, capítulos 23; 25) que haviam sido perdidos sobre a terra, continuava a existir para todo o sempre nos sete santuários celestiais, onde sete carruagens dos querubins estariam eternamente presentes, dentro dos sete firmamentos, e onde o serviço divino angelical séptuplo seria realizado eternamente. Além disso, os autores das *Canções do Sacrifício de Sábado*, bem como os autores de *I Enoque* (14:8-24, 71:5-9), em que é apresentada detalhadamente uma bela visão da Carruagem dos Querubins, afirmavam que o caos terreno de destruição e de exílio de usurpação e profanação não pode afetar a morada divina, onde “conhecimento, verdade e justiça” estão sempre presentes “no Santo dos Santos”<sup>11</sup> e onde as eternas “carruagens celestiais” (I Enoque 75:3-8) dos grandes ciclos da criação estão sempre presentes em ciclos de um ano, que tem 364 dias, quatro estações, doze meses e 52 sábados.

Nesse ambiente celestial sublime, que fica além dos limites de tempo e espaço, os ciclos eternos do culto divino e da sagrada unção do tempo santo, do lugar santo e do ritual santo – que eram fixados por uma aliança eterna de comemoração entre o céu e a terra da Revelação do Sinai (*Êxodo* 19-20) – foram perpetuados pelo reino divino até o futuro, quando serão novamente restabelecidos no ciclo eterno do culto sacerdotal que comemora os tempos nomeados de liberdade, santidade e justiça no Templo terreno de Jerusalém. Conceitos tais como a comemoração do esplendor do passado da aliança da liberdade em sete santuários celestiais transcendentais onde os anjos santos se compro-

meteram a perpetuar os ciclos de justiça e liberdade, santidade, engajamento ético e intelectual – através de contagem, imaginação, bênção, estudo, narrativa, leitura, escrita e canto – foram mantidos e preservados pelos místicos judeus do século VI AEC até o século XIII da EC. Os antigos místicos dos últimos séculos antes da era comum – que chamavam a si e aos anjos junto com os quais rezavam pelo nome enigmático de *Kohanei Korev* (algo como “sacerdotes sacrificadores”) – e os místicos posteriores nos séculos iniciais do primeiro milênio da era comum – quer eram conhecidos como “os que desciam da Carruagem” (*yordei merkabah*), aqueles que subiam, na imaginação, até os sete santuários celestiais onde os ciclos séptuplos de liberdade eram perpetuamente comemorados – realizavam-nos juntamente com os numerosos “anjos santos”, “espíritos do conhecimento”, “anjos da glória”, “espíritos da eternidade”, “espíritos da Justiça”, “espíritos santos”, “santos anjos do conhecimento”, “espíritos de esplendor”, “espíritos do Santo dos Santos”, “anjos da verdade”, “anjos de justiça”, “espíritos da compreensão, sabedoria e verdade”, “espíritos divinos”, “espíritos maravilhosos”, “anjos da paz”, e “anjos servidores”, todos encontrados lá em miríades.<sup>12</sup>

\*

Após a destruição do Segundo Templo, no ano 70 da EC, a antiga ordem ritual sacerdotal que celebrara com os anjos os dias recorrentes de liberdade e igualdade, através de ciclos séptuplos de repouso, literacia e comemoração da palavra divina escrita sobre ‘conhecimento, verdade e justiça’, lei e moral na convocação pública, foi substituída por um novo princípio de liberdade. Era a liberdade da ordem exegético-hermenêutica estabelecida pelos sábios e rabinos que afirmavam o direito da

soberania humana e a liberdade de interpretação: aquilo que tinha sido “gravado nas tábuas” (*harut al haluhot*) na ordem sacerdotal bíblica, na qual havia textos sagrados sem autores, tornou-se “Liberdade nas Tábuas” (*herut al haluhot*) dentro da ordem rabínica, na qual havia professores reverenciados, sábios e intérpretes que ministravam ensinamentos orais, mas sem livros.

O significado dessas duas expressões – *harut al haluhot* e *herut al haluhot* – é contraditório: a primeira indica a origem divina da lei escrita, conforme relatado em *Êxodo* 32:15-16: “E Moisés se virou e desceu da montanha e as duas tábuas do testemunho estavam em sua mão: as tábuas eram escritas em ambos os lados: de um lado e de outro eram escritas. E as tábuas eram obra de Deus, e a escritura era a escritura de Deus, gravada nas tábuas.”

Juntamente com a origem divina das duas tábuas do testemunho e a validade eterna imutável gravada nas tábuas, *harut al haluhot*, os sábios haviam afirmado a Liberdade nas Tábuas, mudando a vocalização de uma letra, *herut al haluhot*, uma mudança que assegurou a liberdade humana ilimitada de pensamento e interpretação com relação ao texto sagrado, que adquirira infinitos significados.

A livre interpretação humana da ‘escritura de Deus gravada nas tábuas’ foi a singular contribuição dos sábios à tradição judaica de liberdade. A liberdade de fazer uma leitura de novos significados em textos sagrados antigos foi estabelecida nos primeiros séculos após a destruição do Segundo Templo (70 EC). Ideias como “as setenta faces da *Torá*”, significando que há maneiras infinitas de ler textos canônicos, além do seu nível literal, eram limitadas apenas pela concordância da comunidade com respeito à unidade de ação e à liberdade de pensamento. Desde que se vivesse de acordo com as restrições do calendário tradicional de setenta dias de liberdade anuais e se obedecesse ao significado literal

dos Dez Mandamentos e de seus esclarecimentos bíblicos no Pentateuco, desde que se enviassem os filhos do sexo masculino para aprender a ler e desde que se pagasse a sua parte na caridade e nas responsabilidades comunitárias, cada um era livre para pensar, ler e escrever, ensinar, indagar, interpretar, buscar novos significados dentro dos textos sagrados e envolver-se em qualquer tipo de hermenêutica que iluminasse novamente o sentido literal do texto sagrado, cada um à sua vontade.

Os judeus que foram dispersos através do mundo, nunca tiveram uma entidade central que os guiasse ou limitasse, conforme foi observado acima: cada congregação era independente e soberana para levar adiante os seus assuntos mundanos dentro dos limites da lei judaica e conduzir suas indagações intelectuais tão livremente quanto quisesse, desde que as crianças aprendessem a ler e os jovens estivessem envolvidos em estudos antes de fundarem famílias e se comprometerem com o seu ganha-pão. Em cada comunidade judaica, os estudos eram altamente valorizados e sempre incentivados, não havia pagamento para estudar, e estudantes que se destacassem por seus estudos eram incentivados a dedicarem a sua vida toda ao aprendizado contínuo custeado pela comunidade (KATZ, 1993).

A congregação judaica foi sempre uma comunidade “textocêntrica”; textos sagrados que eram lidos em voz alta e estudados continuamente por todos os homens da comunidade que não estavam trabalhando, estavam no seu centro, e estudo, oração, exegese e bênçãos em relação à leitura pública dos textos sagrados eram cultivados em toda a parte. A comunidade judaica ideal vivia de acordo com os preceitos da lei escrita, bem como da lei oral em desenvolvimento. A natureza da relação entre a lei escrita sagrada antiga, a *Torá*, “gravada nas tábuas”, e a lei oral, *Mishnah*, representando ‘a ‘liberdade’ humana ‘nas tábuas’, era dialética.

Isso poderá ser explicado como as relações dialéticas entre trama e urdidura em um quadro de tece-lagem ou tear: as relações entre os *firos longitudinais* do passado sagrado textual, expressos em textos escritos sagrados, e os *firos transversais* do presente criativo inovador expressos pela lei oral; cada grupo de firos, sozinho, não representa nada – mas juntos, intertramando o velho e o novo, podem criar uma linda textura. A tradição mística medieval, que atravessou as fronteiras de tempo e espaço e afirmou sua origem histórica até a geração dos sábios do século II EC, embora escrita anonimamente e de maneira pseudoepigráfica ao final do século XIII, havia adotado esses princípios dialéticos de liberdade hermenêutica relacionada a textos sagrados anteriores, que adquiriram infinitas camadas de significado e se definiram no *Livro do Esplendor, Sefer haZohar*,<sup>13</sup> como criadores de “coisas/palavras/texto novos-velhos”, em aramaico *milin hadatin-atiqin* – מילין חדתין-עתיקין.

As palavras texto, têxtil e textura derivam todas da mesma raiz latina e do verbo *texere*, traduzido como ‘tecer’. Podemos imaginar a lei sagrada escrita derivada de origem divina como a trama colocada firmemente, sem mudança, num tear, enquanto que a lei oral, que está sempre mudando por causa da negociação humana e da liberdade de interpretação, como a urdidura que lhe é acrescentada constantemente, criando uma nova textura e padrões de significados em mudança constante.

Tão logo foi estabelecido que a lei escrita sagrada canonizada é infinita, eterna e contém significados infinitos, permitiu-se que a lei oral desconstruísse e reconstruísse livremente a lei sagrada no mundo do pensamento e da imaginação, desde que os intérpretes estivessem obedecendo o nível literal no mundo da ação. Assim, foi-lhe permitido desenvolver-se em muitas direções.

As duas principais tendências interpretativas eram conhecidas como *Halakhah* e *Aggadah*, ou lei oral e mito livre, respectivamente. O primeiro conceito, a lei oral criada pelo esforço exegético racional humano, negociando entre o passado e o presente, era delimitado por precedentes legais oficiais, textos comprobatórios, argumentação razoável, necessidades existenciais, limitações práticas, considerações racionais, influência cultural externa e crítica oficial, já que era obrigatório como o discurso legal na esfera pública em uma sociedade tradicional que obtinha toda a sua autoridade do passado ao mesmo tempo em que negociava com as limitações e desafios de um presente em mudança constante. A segunda tendência, o mito ou a narrativa da imaginação criativa dentro do contexto religioso, não tinha consequências para a implementação na vida diária, mas tinha grande influência e estava livre de todos os critérios racionais acima mencionados. Os mitos da *Aggadah* eram desenvolvidos em todas as formas, desde a exegese homilética até a poesia mística, como uma expressão profunda da liberdade humana. Além disso, a *Aggadah* se permitia contar de novo as narrativas que apareciam nos textos sagrados, oferecer novos significados para velhas histórias, inventar novas imagens, atravessar as fronteira de tempo e espaço, criar novas narrativas no céu e na terra, especular e tentar juntar as pontas da lacuna entre a maneira de ser das coisas antes e hoje, em relação à maneira como deveriam ter sido, poderiam ter sido ou deveriam ser. A *Aggadah* é a fonte do Misticismo Judaico conhecido como *Kabbalah*, que diz respeito às invenções da imaginação criativa e à especulação linguística criativa que tratam do mundo invisível que era associado com a passagem do exílio para a redenção, enquanto que a *Halakhah* é a fonte de toda a tradição jurídica nas suas esferas existencial, prática e ideal.

Os judeus que viveram como exilados ou como minoria perseguida sob a Cruz e sob o Crescente não tiveram nenhuma liberdade em sua vida mundana no decorrer de seu longo exílio. Tinham de obedecer a numerosas restrições e proibições e eram subjugados até o ponto da humilhação e da discriminação, alvos de acusações falsas impostas pela igreja e pelas autoridades locais, conforme pode ser visto em muitos estudos sobre a história do antissemitismo.<sup>14</sup> Os judeus, que não gozaram de liberdade, soberania ou unidade geopolítica por mais de dois milênios, haviam se tornado uma congregação de memória que consagrava a liberdade e a literacia num sagrado ciclo sagrado séptuplo. Segundo a lei judaica, não há punição para alguém que não deseje trabalhar nos primeiros seis dias da semana, por um motivo qualquer, mas há punições severas para aqueles que não repousam nem participam das convocações para leitura pública nos 52 dias de sábado e nos 18 dias dos tempos fixados pelo Eterno.

A liberdade de que os judeus gozavam no exílio era a liberdade de pensamento, a liberdade de ler, escrever, imaginar, interpretar, criar e recriar. Conforme observado anteriormente, os judeus não tinham igreja nem inquisição: ninguém supervisionava o reino da criatividade imaginária dos membros da sociedade tradicional, que podiam escrever livremente, anonimamente, pseudoepigraficamente, comunitariamente ou sob o seu próprio nome, e ninguém estabelecia fronteiras para a sua imaginação inquiridora dentro das fronteiras infinitas da linguagem.

Misticismo é a história da imaginação criativa dentro de contextos religiosos, aquela escrita pelos conquistados e pelos derrotados, pelos censurados e pelos perseguidos, aqueles que devassavam o mundo invisível não percebido buscando respostas para o seu destino trágico e impotente em um mun-

do material caótico. A tradição mística judaica, *Kabbalah*, a filha da *Aggadah* e do *Midrash*, exercia a liberdade de contar novamente a história de Deus, a história da criação, a história da vocação humana, a história do exílio e da redenção, a história dos mandamentos e a história das línguas divina e humana, a fim de valorizar um novo significado para histórias antigas, de uma maneira que iluminasse o presente com uma nova luz e a fim de reinventar o passado para assegurar um futuro redentor (ELIOR, 2006).

Assim, por exemplo, o anônimo *Livro da Criação*, um texto curto composto em algum momento nos primeiros séculos da Era Comum, pela primeira vez faz reflexões sobre o significado da criação e sobre a natureza divina da linguagem, ou sobre o poder criativo infinito da linguagem compartilhada por Deus e pelo homem. Começa com uma frase elusiva sobre os trinta e dois caminhos da sabedoria, que são relacionados às vinte e duas letras da santa língua hebraica e aos primeiros dez números mencionados na *Bíblia*, que são chamados de *sefirot*. Ambos, divinos por sua origem, finitos pelo seu número, mas infinitos pelas suas potenciais permutações e combinações, representam o poder criativo compartilhado por Deus e pelo homem e, com o poder libertador implícito nas letras, palavras e números, uma liberdade que ninguém pode tomar, já que não são de propriedade exclusiva de alguém e são igualmente acessíveis a todos:

Com Trinta e Dois maravilhosos caminhos da Sabedoria  
 cinzelou YAH o seu nome,  
 o Eterno das Hostes,  
 Deus de Israel,  
 o Deus vivo, El Shadai,  
 alto e exaltado

Rei do Universo...  
 Misericordioso e Gracioso,  
 alto e Exaltado,  
 morando lá nas alturas,  
 cujo nome é Santo.  
 Ele é sublime e santo  
 e ele criou o seu Universo  
 através de três livros (*Sefarim*),  
 com texto (*Sefer*),  
 com Número (*Sefar/sefira*)  
 e com história (*Sipur*).

Dez *Sefirot* de um Nada infinito  
 e vinte e duas letras principais,  
 dez *Sefirot* de um Nada infinito.  
 Entender com sabedoria e buscar com compreensão...

E, por causa disso, foi criada a *aliança*: dez *sefirot* de um nada infinito...

Sua medida é dez e não tem fim.  
 Conheça e contemple e crie e estabeleça as coisas por inteiro  
 e restaure o Criador ao seu lugar.  
 Sua medida é dez,  
 e elas não têm fim  
 e têm apenas um Mestre,  
 Eterno Rei fiel,  
 que governa todas as coisas  
 a partir de sua sagrada morada  
 por toda a eternidade.<sup>15</sup>

O livro apresentou, pela primeira vez, uma reflexão dialética profunda sobre a natureza das letras da “língua santa”, a língua hebraica, a língua da *Bíblia*, pela qual o mundo foi criado e através da qual foi outorgada a lei divina. O livro reflete sobre a origem divina das vinte e duas letras e dos dez números elementares e primordiais associados com a aliança divina, seu poder criativo e a voz divina na sua fundação. O livro também afirmou

que os primeiros dez números, bem como as vinte e duas letras fundadoras representam formas finitas e uma entidade mística infinita.

Dez *sefirot* do infinito Nada:

Um é o Sopro do Deus Vivo (cf. *Salmos* 33:6)

Abençoado e bendito seja o nome

da Vida dos Mundos,

a voz do sopro e da palavra,

e este é o Espírito Santo. (1:9) (KAPLAN, 1997, p.68)

O povo judeu, que é conhecido, há muitos séculos, como “o povo do Livro”, celebrou o poder libertador da língua hebraica, conhecida como a língua santa, *leshon hakodesh*, que Abrão aprendera do Anjo da Presença, segundo o Livro dos Jubileus (12:26-27). O poder das palavras e de suas infinitas combinações é compartilhado por Deus e pelo homem. Os místicos afirmaram que Deus criou o universo por meio de três livros – com texto, número e história –, mas, de fato, eles tinham criado os mundos invisíveis, aqueles nos quais há um santuário santo no seu centro (*Sefer Yetzira*), na sua imaginação criativa, e o descreveram em letras, números e histórias que estão acumuladas em milhares de páginas e centenas de volumes da biblioteca mística judaica.<sup>16</sup> As letras da língua santa podiam ser permutadas de qualquer maneira para criar novos textos, descrevendo novas realidades imaginárias conhecidas como *sefirot* (esferas; abstração de números), *pardes* (Paraíso), *Heikhalot* (santuários celestiais), Jardim do Éden, *Heikhal Mashiach* (santuário do Messias), *partzufim* (semblantes), *Shemitot* (divisão séptupla de anos, que são transformados em uma divisão de sete mundos), e muitos outros; no entanto, os números sagrados não podiam ser mudados. Em outras palavras, as letras sempre se expandiam para criar no-

vos significados e novas estruturas da imaginação, mas os números constituíam sempre o elemento restritivo, imutável e permanente, em um quadro constante: os números poderiam ter aparecido como as dez *sferes/sefirot* no *Livro da Criação*, e ninguém poderia acrescentar ou apagar algo do seu número eterno finito. Os números também poderiam ter aparecido como sete dias de pureza ou sete dias da semana. Poderiam ser considerados como o ciclo séptuplo imutável da liberdade nos primeiros capítulos do Misticismo Judaico conhecido como o “Misticismo da Carruagem” (SCHOLEM, 1965), ou *Canções do Sacrifício do Sábado* (NEWSON, 2000), ou “Sete Santuários Celestiais e a Carruagem Divina” (ELIOR, 2006), em que sete firmamentos e sete grupos de anjos mantinham os ciclos eternos de liberdade, santidade, repouso e literacia já mencionados, a cada sete dias em sete santuários celestiais (ELIOR, 2004).

\*

O segundo capítulo da tradição mística judaica, que é conhecida como a *Kabbalah*, foi composto no final do século XIII, na esteira das Cruzadas, em um período extremamente difícil da história judaica. Os autores anônimos deram a esses escritos o nome de “palavras/coisas novas-velhas”, conforme observado anteriormente, pois seus novos escritos eram inspirados pelos textos antigos da *Torá* e da *Mishnah*, mas eram também muito afetados pela imaginação criativa, pela alegria de contar histórias de maneira brincalhona e por sonhos e visões, nos quais as fronteiras racionais são ultrapassadas, de modo que não se pode contestar ou discutir a validade das “palavras novas-velhas”.

Os escritos cabalísticos eram baseados na suposição de que, além do mundo revelado, há um mundo oculto; além da história humana de exílio

e sofrimento, além da injustiça arbitrária, existe uma meta-história de redenção, de justiça divina eterna; além dos confinamentos do tempo, existe eternidade; e, além do nível literal dos textos sagrados, existem muitas camadas ocultas de significado pertencentes a mundos invisíveis e ao propósito divino. O autor do *Zohar*, o *Livro do Esplendor*, disse: “A *Torá* contém, em todas as suas palavras, verdades celestiais e mistérios sublimes” (*Zohar* 3:152 b). Textos sagrados que, em nível literal, parecem referir-se à realidade finita do passado e tratam de questões mundanas menores, em realidade estão relacionadas a mundos celestiais infinitos, que estão ligados ao futuro messiânico e à meta-história transcendente. Para o autor do *Zohar* e seus companheiros, o texto da *Torá*, conforme narrado e interpretado no *Zohar*, é uma força criativa dinâmica, que reflete a “*Torá* viva e divina”. A liberdade da imaginação humana e a origem divina da língua hebraica e suas infinitas camadas de significado oculto, abriram novos caminhos de criatividade: cada palavra e cada verso poderiam ter sido recontados, reformulados e reinterpretados segundo diferentes princípios hermenêuticos. O conhecimento adquirido através dos sonhos e das visões, ou por um igual valor numérico de diferentes conceitos, ou por ferramentas hermenêuticas inspiradas, inclusive vozes celestiais e revelações angelicais, serviria ao propósito de inventar um novo mundo de significado que libertaria os participantes do jugo da história e das limitações da realidade e os ajudaria a passar do exílio para a redenção. Assim, por exemplo, o mundo da “lei oral” associada com a *Mishnah*, que reinterpreta os 613 mandamentos, seria identificado, na imaginação mística, com a *Shekhinah*, o aspecto feminino da presença divina, uma figura que possui 613 membros e órgãos, correspondendo aos 613 mandamentos. A *Shekhinah* é conhecida, na

tradição mística, como o “mundo da palavra”, aquilo que é identificado com a comunidade de Israel no exílio. Cada um dos 613 mandamentos divinos era ligado a uma das 613 porções da *Shekhinah*, que são ligadas à carruagem celestial e a cada um dos 613 membros do corpo humano; assim, qualquer estudo profundo da lei (“mundo da palavra”) e qualquer ação religiosa neste mundo referente aos mandamentos da aliança do Sinai (“mundo de ação”), forçosamente “vestiriam” a *Shekhinah* “nua” (os mandamentos que não podiam ser cumpridos fora da Terra de Israel) e afetariam o mundo celestial (“mundo do pensamento”), e esses, por sua vez, afetariam a passagem do exílio para a redenção. A ideia era que a *Shekhinah* que está no exílio com o povo judeu tinha caído, desolada e ferida, porque muitos dos mandamentos dependem da Terra de Israel e não podiam ser cumpridos no exílio. Qualquer discussão imaginária sobre o texto sagrado antigo e o mandamento divino através de nova elaboração humana acerca do significado místico do texto afeta tanto os mundos terrenos quanto os celestiais e também a desejada transformação do exílio em redenção.

Depois do ano 70 EC não havia Templo em Jerusalém, e, assim, nenhum mandamento relacionado ao serviço sacerdotal e levita do Templo podia ser cumprido. Assim também não era possível empreender uma peregrinação ao Templo, conforme o mandamento para toda a comunidade judaica, e não poderiam ser oferecidos sacrifícios. Não havia estado independente, nenhum centro religioso ou outra forma de soberania e nacionalidade. Os judeus tinham todos os motivos para pensar que a aliança divina entre Deus e seu Povo não era mais válida nos primeiros séculos da Era Comum após a destruição do Segundo Templo. É interessante observar que a palavra central, aliança, no sentido bíblico de um vínculo duradouro entre

Deus e seu povo que obedece às leis e guarda o ciclo séptuplo de repouso e liberdade, não é encontrada em qualquer lugar nas primeiras fases da literatura dos sábios.

Nesse período, as três festas de peregrinação que haviam anteriormente sido celebradas no Templo, *Pessach*, *Shavuot* e *Sukkot* (*Pessach*, Pentecostes e Tabernáculos) não podiam mais ser realizadas em público, de acordo com a tradição sacerdotal, eis que já não havia nem Templo, nem serviço sacerdotal. Da mesma forma, nem a bênção sacerdotal, nem a renovação da aliança ou a apresentação do primeiro trigo ou dos primeiros frutos no Templo podiam ser realizadas na festa de Pentecostes, conhecida como a festa das alianças (*Shevuot*).

Naquele tempo e sob essas circunstâncias trágicas, o feriado sacerdotal mais importante – o Feriado das Alianças (*Shevuot*), o Dia da Revelação do Sinai, o dia da revelação da lei divina eterna que não pode ser mudada por qualquer autoridade humana, o feriado da aliança do arco-íris e a renovação da aliança mantida pelos anjos (Jubileus 6:15-21), o dia da festa da colheita do trigo, que exigia uma peregrinação ao Templo e que foi celebrada durante o decorrer do primeiro milênio com uma grande festa pelo dia da renovação da aliança do Sinai (II Crônicas 15:10-15) – tinha sido transformado pelos sábios, que haviam escrito os primeiros capítulos da nova tradição mística após a destruição do Segundo Templo, em um dia de casamento para a união mística entre Deus e a comunidade de Israel. A inovação era dupla: A) Na Israel bíblica, Deus ou os anjos sempre falavam com uma voz masculina, uma voz de comando, uma voz ameaçadora junto com outras expressões poderosas que possuíam uma entidade nitidamente transcendente do sexo masculino, nunca houve uma consorte feminina na arena celestial, e nunca houve um diálogo de amor celestial; B) O Rabi Akiva,

um dos sábios mais distinguidos (m. 132 EC), surpreendentemente afirmou que o *Cântico dos Cânticos* – sempre considerado uma canção de amor terreno, cheia de nuances eróticas e belas descrições do esplendor da natureza na primavera de Israel, uma canção de amor cantada entre uma noiva e um noivo e em cujas linhas o nome de Deus nunca é mencionado – é, de fato, o “Santo dos Santos” (*Mishnah, Yadaim* 3:5), uma canção de amor misteriosa entre Deus e a comunidade de Israel na sua representação terrena e celestial, já que foi dada a partir do céu na época da revelação do Sinai, no dia da aliança bíblica entre Deus e seu povo. Na tradição rabínica do século II até o V da EC, a aliança divina da revelação do Sinai – que é marcada, na *Bíblia*, com assustadoras manifestações de fogo, fumaça e medonhas vozes de trompas e trombetas, constituindo um momento inesquecível de *mysterium tremendum* (*Êxodo* 19-20) – foi transformada, através da liberdade hermenêutica, em uma aliança de casamento (em hebraico, *Brit Sinai* havia se transformado em *Brit Nisuin*). O Rabi Akiva tomou as belas canções de amor humano no *Cântico dos Cânticos* e afirmou que, na realidade, descrevem o amor eterno entre Deus, o noivo que viera do Sinai, e a Congregação de Israel, sua amada noiva (*Mekhilta, parashat bahodesh*, 3).

Pouco após, a noiva, a Congregação celestial-terrena de Israel, foi identificada com a lei oral, ou *Mishnah*, uma lei constantemente criada e mudada pela comunidade de Israel por aqueles que, segundo sua autopercepção ideal, estão sempre envolvidos em estudo e exegese, em lei e mito, enquanto que o noivo foi identificado com a lei escrita, gravada e sagrada, a *Torá*, que nunca poderia ser mudada. O amor entre as duas partes foi descrito no vocabulário erótico do *Cântico dos Cânticos*, e cada membro do casal unido acumulava novas faces. A noiva foi identificada com a *Shekhi-*

*nah*, morada divina (do verbo *Shakhan*, descrevendo a morada divina, veja Isaías 8:18), um novo conceito feminino relacionada à presença divina, a qual, pela primeira vez, tem traços femininos, alinhados com a descrição da amada donzela no *Cântico dos Cânticos*. O novo conceito criado pelos sábios incorpora a nova congregação de Israel no exílio, metageográfica e celestial, que estava intimamente associada com a lei oral e o mundo da palavra. O noivo era identificado com *O Santo, abençoado seja Ele*, que tem os traços masculinos bíblicos da voz divina eterna do Deus da Lei e da História, associado com o amante masculino no *Cântico dos Cânticos* e com a eterna lei escrita. Os cabalistas, ou estudiosos da *Kabbalah*, que se viam como seguidores dos sábios, foram chamados a unir e unificar o casal místico, o noivo e a noiva, *Tiferet* e *Malkhut*, Glória e Realeza, a lei escrita e a lei oral, Deus e a *Shekhinah*, a fim de reproduzir a aliança entre Deus e seu Povo, nas suas orações e rituais e na sua imaginação.<sup>17</sup>

Os escritores anônimos da tradição cabalista, que apareceram primeiramente no final do século XIII, no duro exílio na Europa Cristã, adotaram as metáforas do Rabi Akiva, sobre o amor entre a noiva e o noivo no *Cântico dos Cânticos*, que foi dado no Sinai na época da Aliança divina entre Deus e seu Povo e foi considerado o “santo dos santos”. A canção de amor que foi revelada no Sinai e foi percebida como expressando o amor entre Deus e a *Shekhinah*, ou a comunidade celestial e terrena de Israel, tinha sido reformulada pelos cabalistas, que haviam mudado a percepção de ambas as partes, projetando sobre elas os tormentos terrenos. A noiva se tornara a Filha de Sião desolada, conforme aparece no Pergaminho Bíblico das Lamentações, escrito após a destruição do Primeiro Templo no século VI AEC, no qual ela era descrita como uma mulher desolada no exílio, como

uma mulher divorciada atormentada que tinha se tornado uma viúva abandonada e como uma mulher cativa desesperada na prisão. O noivo era descrito como um Deus impotente, que lamenta a destruição do Seu povo, de Sua Terra Santa, da Cidade Santa e de Seu Templo arruinado.<sup>18</sup>

Os escritores do *Livro do Esplendor*, *Sefer ha-Zohar* no século XIII, atribuíram os seus escritos aos sábios do século II, Rabi Simon bar Yohai, Rabi Yehuda, Rabi Eliezer, Rabi Hyah e outras figuras contemporâneas da época da *Mishnah*, quando a lei oral foi conceituada, criada e editada pela primeira vez. Os sábios daquela geração, vivendo mil anos antes dos escritores histórico do *Livro do Esplendor*, foram marcados pela invenção de um novo judaísmo após a destruição do Segundo Templo. Incentivaram o estudo contínuo da lei como uma comemoração do passado, bem como imaginaram o futuro ao discutir as tradições jurídicas e suas consequências racionais e morais em relação ao presente. Os sábios também incentivaram a interpretação mítica imaginária livre dos textos escritos sagrados de maneira irrestrita e irracional. Os Sábios haviam criado esses dois novos caminhos – da *Halakhah*, a lei, e da *Aggadah*, o mito – na esteira da destruição do Segundo Templo, na primeira metade do primeiro milênio da Era Comum. Seus seguidores, conhecidos como cabalistas, aparecendo, agora, mil anos depois, tomaram para si uma aparência literária de serem contemporâneos dos Sábios, designando sua nova produção literária com o sugestivo nome que foi mencionado acima, *Devarim Hadashim-Atikim* – “Palavras (coisas/textos) Novos-Velhos”.

Os cabalistas – que tinham se recordado das palavras do *Livro da Criação* a respeito de um mundo que está sendo construído por Deus e pelos humanos “através de três livros: por texto, por número e por narrativa”, bem como pela “voz do

sopro e da palavra” compartilhada por Deus e pelos seres humanos – com tal afirmação, através do estudo e através da criação da “lei oral” (de maneira imaginativa, criativa e lúdica) e da lei mística que é identificada com a *Shekhinah* (“o mundo da palavra” ou “o espírito santo”, representando, simultaneamente, os atributos femininos da presença de Deus, a noiva amada do *Cântico dos Cânticos*, a Noiva do Sábado do ritual semanal do *Shabat* e a congregação exilada de Israel ansiando pela redenção), estão assim redimindo a *Shekhinah* cativa, no exílio, por meio de sua imaginação e de suas invenções inspiradas pelo espírito santo, ou estão libertando a filha cativa de Sião da sua prisão, com todas as suas manifestações. Através do seu estudo imaginativo e lúdico dos antigos textos sagrados, juntamente com a nova e inspirada narração de histórias, entremeando antigas narrativas com novas tramas, através da interpretação textual livre e original de tradições antigas e contando-se novas lendas sobre antigos heróis, através da elaboração imaginativa dos mandamentos e de seu significado misterioso no mundo invisível (em relação a letras e números), os cabalistas estavam redimindo a congregação de Israel / a *Shekhinah* / a lei oral / a *Mishnah* / a noiva inconsolável / a *kalah* da prisão do exílio, no céu e na terra, e estavam retomando a aliança e tornando mais rápida a vinda da redenção. O novo verbo que os cabalistas haviam usado para descrever o seu estudo da lei oral e a contemplação sobre a *Shekhinah* / lei oral inspirada pela nova percepção do *Cântico dos Cânticos* como o sendo o Santo dos Santos era *unir-se à Shekhinah* (a comunhão com Deus). *Unir* ou *Devekut*, que, em hebraico, relaciona-se com o verbo bíblico *davak*, que descreve a primeira aproximação sexual de Adão e Eva – “Portanto, um homem deixa o seu pai e a sua mãe e une-se à sua mulher, e eles se tornam uma só carne”. (Gênesis

2:24) –, que justifica a posterior instituição humana do casamento, ao mostrar as suas origens com o primeiro casal humano; foi esse o verbo central para descrever a conjunção mística desejada, nos moldes da aliança do casamento.

A dura experiência do exílio no segundo milênio, o avassalador perigo de extinção na esteira das Cruzadas, as perseguições dos judeus pela Cristandade (BAER, 1988; 1992), bem como os recorrentes libelos de sangue (BUTTARONI; MUSIAL, 2003),<sup>19</sup> que causaram um sofrimento sem fim e forçaram a conversão que impôs silêncio a milhares de judeus quanto à sua verdadeira identidade e às suas crenças religiosas, tinham gerado uma nova imagem de Deus. Pela primeira vez no pensamento judaico e na imaginação criativa mística, Deus era dividido em entidades masculina e feminina, noivo e noiva. O Santo – abençoado seja –, a fonte da lei escrita eterna, o símbolo do passado glorioso da aliança, e a *Shekhinah*, “o mundo da palavra”, a lei oral e o símbolo transformador dos tormentos do exílio e dos anseios de redenção, as duas dimensões da Divindade que foram descritas em numerosas metáforas, noiva e noivo, exílio e redenção, a amada e seu amante, a Noiva do Sábado e seu amado, tornaram-se o assunto de interesse nas novas “união e contemplação”, e “unificações e intenções”, anexadas às antigas orações diárias na sinagoga e aos velhos/novos círculos de estudos onde narrativas místicas eram criadas em pequenos grupos de estudiosos. Os membros desses grupos místicos davam a si mesmos nomes agrícolas em aramaico, *mehazdei haklah* (“os colhedores do campo”), correspondendo às metáforas agrícolas do *Cântico dos Cânticos*, em que o campo era a *Shekhinah*. Os cabalistas medievais dos séculos XIII e XIV mantiveram seu anonimato em prol do antigo verniz *Mischnaico* pseudoepigráfico que deram às suas invenções novas-antigas,

criadas mil anos depois. As novas formas místicas contemplativas de estudo, conhecidas como unificações, intenções devocionais e união, foram apresentadas nos escritos exegéticos místicos que faziam parte do esforço sem fim de passar do exílio para a redenção. Orações e bênçãos, como “Abençoado seja o Eterno que volta Sua Presença (*Shekhinato*) a Sião”, eram comumente pronunciadas. Um parágrafo do *Zohar* (*Livro do Esplendor*) que demonstra a integração das invenções místico-textuais imaginárias da *noiva Shekhinah/Shabbat* no ciclo séptuplo da vida diária começa assim:

Deve-se preparar um assento confortável, com várias almofadas e capas bordadas, de tudo aquilo que é encontrado na casa, como alguém que prepara um dossel para uma *noiva*. Pois o *Shabbat* é rainha e noiva. É por isso que os mestres da *Mishnah* estavam acostumados a sair, na véspera do *Shabbat*, para recebê-la na estrada e costumavam dizer: ‘Venha, ó noiva, venha, ó noiva!’ E deve-se cantar e regozijar-se à mesa em sua honra... Deve-se receber a rainha com muitas velas acesas, muitos prazeres, roupas lindas e uma casa enfeitada com muita mobília fina.

Receber afetuosamente a Noiva Shabbat, para unificar o Santo – Abençoado seja Ele – e sua consorte, a *Shekhinah*, ou libertar a noiva Shabbat da prisão do exílio, dar as boas vindas à adornada, à amada, à lei oral, que é a exilada, libertá-la dos seus seis dias de exílio tornara-se a cerimônia semanal padrão e também o dizer padrão pronunciado antes de se cumprir muitos dos mandamentos. O resultado dessa metáfora eroticamente carregada de unificação e casamento entre a noiva (a “lei oral”, o “mundo da palavra”, a “comunidade de Israel no céu e na terra”, “a alma”, o “espírito santo”) e noivo (a eterna “lei escrita”, “o mundo do pensa-

mento”, “o corpo”, a voz divina) era o nascimento de novas almas em uma ordem meta-histórica conhecida como reencarnação ou transmigração das almas, que era associada com novas esperanças de redenção. Aqueles que tinham testemunhado os perigos da extinção aos corpos perseguidos tinham criado um misticismo do amor (KIMMELMAN, 2003), cuja intenção era criar, por sua vez, a esperança para os vivos e pelo nascimento das novas almas daqueles que estavam por vir.<sup>20</sup> Os místicos afirmavam, através de deixas e alusões, que, quando ocorre a unificação sexual humana entre marido e mulher, conforme exigido pelas leis de pureza e santidade no casamento, à véspera do sétimo dia, *Shabbat*, na esperança de dar à luz a novos bebês, uma unificação semelhante entre o ser masculino celestial (o noivo, o Santo – abençoado seja Ele) e a mulher celestial (a noiva do *Shabbat*, a *Shekhinah*) está ocorrendo no reino celestial, segundo as metáforas de amor do *Cântico dos Cânticos*, tudo com a finalidade de voltar à aliança e dar à luz novas almas e nova vida.

Após a expulsão dos judeus da Espanha Católica em 1492, quando um terço dos judeus foi perdido nos sofrimentos da expulsão, um terço permaneceu na Península Ibérica como convertidos a força – “conversos” ou “cristianos nuevos”, em espanhol, que eram chamados de “marranos” (porcos, em espanhol) por seus vizinhos cristãos (BAER, 1992; ASSIS, 1988) – e um terço conseguiu escapar ao destino trágico dos seus parentes e chegou até países muçulmanos (ABITBOL, HASAN-ROKEN, ASSIS, 1977), o pensamento místico deu uma nova volta nos novos assentamentos de judeus no Império Otomano e no norte da África durante o século XVI. A *Shekhinah* – palavra que fora usada para denotar a morada ou a presença assentada de Deus no céu e na terra, que se tornara o símbolo de uma nação exilada que não teve morada própria

durante dois mil anos e que era repetidamente expulsa de assentamentos temporários – marcava-se com atributos nitidamente femininos em numerosos textos místicos. A presença divina feminina, que foi delineada como o foco do amor místico e da adesão devocional dos exilados em desespero – que se tornou conhecida como “o mundo da palavra”, “a lei oral”, ou a voz divina de mulher celestial incorporada como a desolada “Filha de Sião”, como nova amada, viúva e mãe, como cativa e como uma mulher divorciada exilada –, agora começava a falar (ou a revelar-se) como uma voz divina distinta na consciência dos maiores místicos do século XVI que haviam escapado da Espanha e de Portugal. Os místicos a imaginaram como uma entidade divina falante que incorporava o desespero e a esperança, e afirmavam que tinham ouvido dela mensagens divinas envolvendo o exílio e a redenção – em uma geração na qual quatro mil judeus foram assassinados em Portugal (Massacre de Lisboa, 1506), em que milhares foram batizados cristãos contra a sua vontade, em que incontáveis crianças judias foram abduzidas dos seus pais e educadas como monges cristãos, em que muitos milhares foram perseguidos pela Inquisição Espanhola (BAER, 1992), ela, a *Shekhinah*, está esperando por eles, os dedicados estudantes da tradição jurídica e da tradição místico-lendária do *Zohar*, eles que ali estão para elevá-la e redimi-la dos “montes de lixo e esterco” onde ela foi jogada no exílio, por meio do seu apego constante ao estudo da lei oral e ao estudo da tradição mística.

Um exemplo famoso de revelação mística que ocorreu mais de um milênio e meio depois de cessar a profecia bíblica, uma experiência que teve lugar na véspera de *Shavu'ot/Shevuo't* – a festa das sete semanas e alianças, o pináculo dos ciclos séptuplos de liberdade discutidos anteriormente como o fundamento antigo da aliança –, ocorreu em

Adrianópolis, em 1553, e está descrita em uma carta do Rabi Solomon Alkabetz (1505-1576), que havia descrito para os seus amigos o que ele testemunhara no círculo místico do seu professor, o Rabi Joseph Karo (1485-1575), na véspera da festa da renovação da aliança. Segundo o *Livro do Esplendor*, *Sefér haZohar*, essa era a noite em que a aliança matrimonial está ocorrendo após sete semanas de purificação: o homem celestial (o Santo – abençoado seja Ele –, a lei escrita) e a mulher celestial (a *Shekhinah*, a lei oral), ambos descritos nas palavras de amor do *Cântico dos Cânticos*, estão sendo unidos. Nessa noite, era comum permanecer acordado a noite inteira e ler trechos da *Bíblia* em voz alta, trechos da *Mishnah* e seções místicas do *Zohar* que descrevem a antiga Aliança do Sinai, quando a lei divina foi revelada e que teve lugar nesse dia, há três mil anos. O contexto era um casamento feliz (SCHOLEM, 1965, pp.138-146; 153-177). Às vezes, um contrato de casamento entre os dois amantes era lido (em voz alta), e a celebração ritual era realizada pela leitura (em voz alta) de diferentes seções da lei escrita (a Revelação do Sinai) e da lei oral (porções relevantes na *Mishnah* que dizem respeito à revelação, a quando a lei divina foi outorgada e à festa da colheita e da peregrinação, que tinha lugar no mesmo dia), além de porções do *Livro do Esplendor* descrevendo a renovação da aliança entre Deus e seu povo, *kneset Israel*, entre céu e terra, entre o passado glorioso e o futuro ansiado, quando virá a redenção. Enquanto toda essa leitura ritual acontecia com grande celebração e júbilo, o Rabi Joseph Karo, o principal professor da lei e importante estudioso da *Kabbalah*, recebeu notícias desoladoras sobre a horrível morte de Shlomo Molkho (1500-1532) na fogueira, em Mântua, na Itália. A Inquisição Espanhola, através dos seus auspícios italianos, queimou-o vivo por tentar converter-se de volta ao judaísmo

após ter vivido como marrano (convertido a força) em Portugal desde a infância.

Em um dia tão festivo, um dia marcado por repouso, liberdade e felicidade, após sete semanas de preparação conhecidas como a “contagem do Omer”,<sup>21</sup> não é permitido chorar e lamentar-se; por isso, o amálgama das emoções não expressas gerado pela notícia trágica da Itália estava em contradição e conflito com a noite mais feliz do ano – a noite da aliança divina, *Shevua’h*, na véspera de *Shevuo’t/Shavuo’t*, a noite do casamento celestial entre o Santo (bendito seja Ele) e sua noiva celestial, a *Shekhinah*, *kneset Israel*, conhecida como aquela “adornada com a coroa” e como “a amada”, segundo as descrições no *Cântico dos Cânticos*, como a “congregação de Israel” celestial, como o “mundo da palavra” e a “lei oral” – e havia gerado um estado de espírito incomum (ou uma dissonância cognitiva) que fez o Rabi Joseph Karo perder a sua consciência normal. Naquele momento, uma voz desconhecida falara da sua garganta com uma enunciação feminina. A voz celestial se apresentou com uma série de descrições femininas: como a *Mishnah*, a lei oral, como a sua alma, *neshamah*, como uma mãe que repreende o filho, como a noiva coroada, a *atarah*, como a *Shekhinah* sobre a qual se disse “Assim, encontramos que, sempre que Israel foi exilado, é como se a *Shekhinah* tivesse sido exilada com ele”,<sup>22</sup> como a *Shekhinah* que é chamada de realza, porque, quando ela deixou o Templo Sagrado após a destruição, ela disse enquanto chorava: “Saudações a vós, casa da minha santidade; Saudações a vós, casa da minha realza; saudações a vós, casa da minha glória. Daqui por diante, que a paz esteja convosco”.<sup>23</sup> A voz celestial exilada que se revelou no dia da aliança, na véspera do feriado de *Shavuo’t*, quando está ocorrendo a preparação para a aliança do casamento, segundo o *Livro do Esplendor*, disse:

A paz esteja contigo, meu amigo amado. Que sejas feliz... neste mundo e que sejas feliz no mundo vindouro, pois assumiste o encargo de coroar-me esta noite, sendo que faz alguns anos desde que a minha coroa [atarah]<sup>24</sup> caiu da minha cabeça e não houve ninguém para confortar-me. Eu fui lançada ao pó, agarrando o lixo. Mas agora, tu restauraste a coroa à sua antiga [glória]... e tu foste favorecido para ficar no palácio do Rei, e o som de tua *Torá* e o sopro da tua boca se ergueram diante do *Santo, Abençoado Seja Ele*, rompendo através de vários firmamentos e várias atmosferas, até [lá] ascender. E os anjos silenciaram, os serafins se calaram e as criaturas [sobrenaturais] [da Carruagem Divina dos Querubins] ficaram paradas, enquanto a hoste celestial inteira e o *Santo, Abençoado Seja Ele*, ouviam tua voz. E eu, a *Mishnah*, a mãe que repreende um homem, venho falar contigo... através de ti, eu fui erguida nesta noite... Por isso, meus filhos, sede fortes e tende coragem, e regozijai-vos no amor a mim, à minha *Torá* e à minha veneração. E se tu pudesses imaginar apenas uma fração infinitesimal do sofrimento pelo qual eu passo... e assim, sede fortes e de boa coragem,... e não interrompais o vosso estudo... Portanto, ficai em pé, meus amados filhos, erguei-vos e dizei-me em voz alta, como no *Yom haKippurim* [Dia da Penitência], “Abençoado seja o Nome do Seu Reino glorioso para todo o sempre.”... E ele [ela, a voz] repetiu e disse, que sejais felizes, meus filhos, voltaí ao vosso estudo, não pareis por um instante sequer, e subi à Terra de Israel.<sup>25</sup>

As palavras da *Shekhinah* ressoam simultaneamente com três focos de memórias: com a memória da destruição e do exílio, com a antiga aliança do Sinai e com as esperanças de redenção: isto é, com os tons tristes do Livro de Lamentações (1:17,

21; 4:5), no qual a filha de Sião, lançada ao pó, chora a destruição e o exílio; com a revelação do Sinai, segundo o *Midrash* – “e tu foste favorecido para ficar no palácio do Rei, e o som de tua *Torá* e o sopro da tua boca se ergueram diante do *Santo, Abençoado Seja Ele*, rompendo através de vários firmamentos e várias atmosferas, até [lá] ascender. E os anjos silenciaram, os serafins se calaram e as criaturas [sobrenaturais] [da Carruagem Divina dos Querubins] ficaram paradas, enquanto a hoste celestial inteira e o *Santo, Abençoado Seja Ele*, ouviam tua voz”; e com a esperança de redenção e exaltação ouvida na voz da noiva, aquela adornada com a coroa, preparando-se para a noite nupcial celestial, a noite da festa de *Shavuo’t*, que, segundo a tradição do *Zohar*, é a noite da renovação da aliança de acordo com a antiga tradição mística. A tradição zohárica comparou a aliança no Sinai com a aliança matrimonial e via a noite de *Shavuo’t* (quando a *Torá* foi dada) como a noite de núpcias entre as *sefirot* de *malkhut* e *tiferet* (as esferas de realeza e da glória), a noiva e o noivo, ou entre a congregação de Israel e seu amado Deus.<sup>26</sup> As palavras pronunciadas pela voz celestial sugerem uma confusão entre os reinos superior e inferior e retratam um novo cenário para o mito cabalista concluído com a exclamação “e suba à Terra de Israel”. A *Shekhinah* – “o mundo da palavra”, a “lei oral” e “*kneset Israel*”, que reflete dimensões variáveis da existência divina e reflexos terrenos – passa a ser entendida não mais como uma entidade redentora, e sim como uma entidade que, ela própria, deve ser redimida; o homem que se concentra no amor divino (*yihud kudsha brich hu u-shkintei*) enquanto se apega à *Shekhinah*, ao pensar e falar durante os seus estudos e orações, agora é visto não apenas como um exilado (*gole*), mas como um redentor (*goel*). A *Shekhinah* representa, simultaneamente, a *sefirah* da so-

berania (*malkhut*; realeza) e a congregação de Israel, a noiva e a exilada filha de Sião. Ela é a cativa caída, sofrendo no exílio e implorando por redenção durante os seis dias da semana, e também é a noiva amada a cada sétimo dia de Sábado, o dia sagrado de liberdade, representando o tempo de redenção; o homem que foca os seus pensamentos e a sua imaginação nos mundos celestes por meio de um amor contemplativo (conforme expresso no cântico escrito no círculo de Karo: “Vá, meu amado, ao encontro da noiva. Recebamos a face do *Shabbat*”) de união e elevação mística e que eleva a sua voz em palavras infinitas de oração, estudo e ensino, é ele que pode redimi-la, ele que a ergue do seu cativo ao mesmo tempo em que apressa a redenção para a congregação judaica terrena (ELIOR, 1992). Daí por diante, ascensão e queda, exílio e redenção, a experiência existencial atormentadora e a existência almejada, imaginária, alternativa, tinham se tornado uma relação interdependente entre os reinos superiores e inferiores. No contexto dessa relação, a *Shekhinah* é vista como uma entidade passiva (exilada, aprisionada, amarrada, nua, caída, uma noiva rejeitada, uma noiva com “a coroa caída”), enquanto que o homem a ela unido, que estuda constantemente a tradição mística e a ritualiza nas “boas vindas ao *Shabbat*” é visto como a pessoa ativa (“elevando”, através do seu amor emocional, de seus esforços intelectuais e pensamentos de redenção, “restaurando a coroa à sua [glória] anterior”, penetrando os firmamentos celestiais com sua voz e imigrando para a Terra de Israel com o seu corpo inteiro, unificando, unindo e alterando as relações entre santidade e impureza nos reinos superior e inferior). Essa concepção mística, que era chamada de *tiquin olam* (consertar os mundos superior e inferior), atribui importância decisiva à livre imaginação que enfoca o *devequt* (comunhão com Deus, união à

*Shekhinah*, unificações) e à concentração dos nossos feitos nos mandamentos em sua interpretação mística (contemplação, elevação das centelhas divinas, autoabnegação), enquanto concentramos nossos pensamentos nos reinos celestiais por meio de orações e estudo, associando-os diretamente com a redenção da *Shekhinah* e a sua união com Deus nos reinos celestes. Naquela luz, podemos facilmente compreender o alto grau de importância atribuído à liberdade de pensamento, emoções de amor centradas em seres imaginários e comunhão constante, *devequt*, na tradição mística, em que são exigidos o estudo constante e o amor emocional e profundo com os símbolos novos/velhos do passado/presente/futuro: a *Shekhinah* diz a Karo centenas de vezes, no seu diário místico autobiográfico, realmente o primeiro na biblioteca mística judaica (publicado postumamente como *Maggid Meisharim*): “Dedique seu coração constantemente e exclusivamente, a todo momento e a cada instante, a pensar em nada além de mim, da minha *Torá* e da minha adoração” (KARO, 1990, p.138).

A liberdade de imaginação que enfoca o Amor de Deus e sua aliança divina escrita havia formado, na tradição mística judaica, uma ponte entre o passado bíblico do Pentateuco e a aliança do Sinai, entre a revelação divina no Feriado de Semanas/Alianças e a lei escrita eterna, e entre a tradição medieval mística que fazia elaborações sobre a nova leitura do *Cântico dos Cânticos* que foi revelada no Sinai em *Hag haShevuo't/ha-Shavuo't*, como um poema de amor revelado no Sinai com relação ao amor eternamente duradouro – *shevua*; aliança – entre Deus e seu povo, simbolizado pela comunidade terrena de Israel e seu equivalente celestial, a *Shekhinah*. Conforme já observado, as imagens de amor do *Cântico dos Cânticos*, que haviam dado forma à imaginação mística medieval, tinham expressado, mais do que qualquer outro símbolo,

a profunda experiência do exílio da comunidade terrena e celestial de Israel (a nova amada que, no fim, era a mulher divorciada, perseguida e acorrentada) e também as esperanças de redenção do cativo no exílio através de um estudo devocional sem fim, através da imaginação criativa prolífica que revive a tradição textual antiga ao mesmo tempo em que criava novos mundos imaginários que fechavam a lacuna entre passado e futuro nos séculos que se seguiram. Nos últimos séculos do segundo milênio, a comunhão com Deus (ou a constante união à *Shekhinah* que vive no pensamento e na palavra de todo falante de hebraico como o “mundo da palavra” ou como a “lei oral”) tornou-se o foco principal da tradição mística judaica conhecida como Hassidismo (SCHATZ-UFFENHEIMER, 1993; ELIOR, 2006, 2009). A experiência mística do amor devocional centrado no amor de Deus e na adesão à *Shekhinah* como o único objeto de concentração contemplativa e livre imaginação tinha expressado um profundo desafio e um ressentimento contra as atrocidades da história de ódio e a experiência existencial de subjugação, bem como expressou profundas esperanças de um outro mundo – de redenção, liberdade, igualdade e libertação. Esse mundo imaginário de esperanças e de redenção (que transcendeu as fronteiras da realidade através do estudo criativo e constante de textos antigos, de sua nova decifração e livre interpretação) existiu apenas na infinita linguagem mística de imaginação criativa nutrida por letras e números e também pela profundidade da memória escrita de uma nação que consagrou a liberdade no seu próprio princípio, em uma língua que tem 130 sinônimos para a palavra “tribulações” e que tem milhares de livros descrevendo mundos imaginários de liberdade.<sup>27</sup> A visão mística do amor entre Deus e a *Shekhinah*, ou entre a antiga lei escrita sagrada e a recém-criada lei oral mística fora gera-

da com letras e números nos livros místicos que almejavam descrever a experiência interior refletida no mundo invisível, que haviam constantemente delineado a lacuna profunda entre a maneira como são as coisas no mundo do exílio, aprisionado pela escravidão racional do ódio, pela perseguição, pela subjugação e pela discriminação, e a maneira como deveriam ser no mundo da liberdade e da redenção, no qual a livre imaginação cria alternativas em um mundo irracional que luta por amor, procriação e eternidade, anseio de conhecimento, verdade e justiça, igualdade, dignidade e liberdade.

#### NOTAS

1 Sobre a *Kabbalah*, ver Scholem, 1941, pp.156-204; 1987; 1965; 1991; Idel, 1988; Wolfson, 1994; Elior, 2007; Hellner-Eshed, 2009.

2 Sobre a situação das mulheres na comunidade judaica tradicional, ver Elior, 2010.

3 Sobre a comunidade judaica tradicional, ver Katz, 1993.

4 Sobre a família judaica, ver Katz, 1993; Kraemer, 1989.

5 9 Cf. Levítico 26:13; Deuteronômio 5:6; 6:12;7:8; 8:14;13:6; 13:11; Josué 24:17; Jeremias 24:13.

6 Newsom, 2000; Cf. 4Q400-407 in Newsom, 1998, pp.173-400.

7 Newsom, 2000: 4Q405, 19, linhas 4-5; p.293, linhas 4-5.

8 Ver 4Q286-290, DJD XI, p.5= 4 *QBerakhot*, ed. Bilhah Nitzan, in: *Qumran Cave 4, VI, Poetical and Liturgical Texts*, part 1 (eds. E. Eshel et. al.), Oxford, 1998.

9 Estes textos apareceram devido a várias circunstâncias históricas. Foram escritos principalmente por “sacerdotes *zadoquitas* depositos e seus aliados” [*haCohanim Bnei Zadok veAnshei Beritam*], aqueles que foram conhecidos, séculos depois, como os saduceus. Essas circunstâncias incluem a profanação do Segundo Templo por Antíoco (175-164 AEC), o rei vitorioso da Selêucia, a imposição do calendário lunar grego ditado pela observação humana em lugar do calendário solar judaico de Sábados, ditado por um cálculo matemático (Daniel 7:25). Junto com o

- aparecimento de um novo sacerdócio politicamente nomeado, esses são fatores que caracterizaram o extremamente controverso período hasmoneu (dos macabeus) (152-33 BCE). Sobre os antecedentes históricos do período, ver Sh. Cohen, 1987. Sobre os antecedentes históricos dos escritos místicos, ver Elior, 2004, pp.1-29.
- 10 Sobre o calendário séptuplo de sábados, ver VanderKam, 1998. Sobre o significado religioso do calendário, ver Newsom, 2000; Elior, 2004, pp.40-60; 82-87.
- 11 4Q405, 19, linhas 4 e 5; Newsom, 2000, p.293, 295, 442, 424. Sobre a visão do carro por Enoque, ver Charles, 1893; Isaac, 1983. Sobre o significado da visão para a tradição mística, ver Elior, 2004, pp.29-62. Sobre as carruagens celestiais e o calendário solar de 364 dias, ver VanderKam, 1998, pp.82-110.
- 12 Sobre esses conceitos, ver Newsom, 2000, pp.449-450; sobre o seu significado, ver Elior, 2004, pp.165-200.
- 13 Sobre o *Sefer haZohar*, ver: Tishby, 1998-1999; Dan, 1999; Green, 2004.
- 14 Ver Langmuir, 1990; Parkes, 1961; Gager, 1983; Tazbir, 1998, pp.233-245; Cohen, 1991; 2007.
- 15 “*Sefer Yetzirah*, The Book of Creation” (1:1-6) in Elior, 2007, pp.28-29; KAPLAN, 1997, pp.5, 44.
- 16 Ver Scholem, 1999. O catálogo tem 1000 páginas e 12.270 verbetes.
- 17 Sobre a *Shekhinah*, ver Scholem, “*Shekhinah: The Feminine Element in the Divinity*”, 1991, pp.140-196; Scholem, 1965, pp.104-108; Index p.208; “Exile of the *Shekhinah*”, p.214, *Shekhinah*; Tishby, 2009.
- 18 Sobre o misticismo do *Zohar*, ver Scholem, 1941, Chapters 5-6; Tishby, 1998-1999; Wolfson, 1994.
- 19 Deve-se observar que a expressão judaica “libelo de sangue” (“*blood libel*”), que foi discutida em numerosos estudos acadêmicos em inglês, não é encontrada em qualquer dicionário de língua inglesa. O assunto histórico é discutido como “assassinato ritual” (“*ritual murder*”), adotando o ponto de vista dos acusadores, e não daqueles que foram falsamente acusados.
- 20 Sobre a teoria da transmigração das almas, ver Elior, 1995, pp.243-269.
- 21 Os 49 dias (ou sete sábados) entre a primeira colheita de cevada 26/1 e a segunda colheita de trigo 15/3 no calendário bíblico-sacerdotal [segundo o *Pergaminho do Templo e Miqsat Maase hatorah* e o *Pergaminho dos Turnos Sacerdotais* encontrado entre os *Pergaminhos do Mar Morto*], tinham sido transformados, na tradição mística, em tempo de purificação e ascensão, correspondendo às sete semanas entre o êxodo do Egito, começando em 26/1, até a revelação do Sinai em 15/3). (VANDERKAM, 1998).
- 22 *Mekhilta*, (ed. H. Horovitz and I. Rabin), Frankfurt 1931, pp.52; Scholem, 1965, pp.104-108; Index p.208 ‘Exile of the *Shekhinah*’.
- 23 *Lamentations Rabbati, petikhta* section 25, (ed. S. Buber), Vilna 1899, F. 15a.
- 24 *Atarah* (coroa) é um nome muito conhecido para a *Shekhinah* na tradição mística, relacionando-se com o fato de ela ser entendida, na tradição do *Zohar*, como uma noiva (cf. A coroa com a qual sua mãe o coroou do seu casamento. *Cântico dos Cânticos* 3:11) e como uma rainha que foi para o exílio. Ver *Lamentations Rabbati, petikhta* secção 25, (Ed. S. Buber), Vilna 1889, F. 15a.
- 25 *Shenei Luhot ha-Berit*, parte 2 (Amsterdam, 1649), *Masekhet Shevu’ot, Amud ha-Torah*, 180a; Karo, 1990, p.391. *Maggid Meisharim*, o diário mantido pelo Rabino Joseph Karo, foi escrito no terço médio do século dezesseis. A primeira de suas duas partes foi impressa em Lublin em 1646; a segunda, complementando a edição de Lublin, foi impressa em Veneza em 1649. Uma edição consolidada, com ambas as partes, foi impressa em Amsterdam em 1708. Sobre o livro e seu autor ver o estudo clássico por Werblowsky, 1980. (ELIOR, 2007).
- 26 Na noite de *Shevuo’t*, na tradição zohárica (a noite nupcial da *Shekhinah* e o Santo – Abençoado Seja o Seu Nome) e em *tiqqun leil shavu’ot* na tradição cabalista. Ver *Sefer ha-Zohar*, ed. M. Margalio, 1 (Jerusalém, 1951) 8a-9a; Y. Tishby, 1998-1999, pp.512-513, 529-532, 570-571; Liebes, 1982, pp.111, 208-215.
- 27 Na Biblioteca Nacional em Jerusalém, na coleção de livros místicos impressos, registrados e catalogados em *The Library of Gershom Scholem on Jewish Mysticism – Catalogue* (GUERSHOM, 1999), são mencionados 12.270 livros e estudos. Para os principais textos e autores, ver uma descrição concisa em Elior, 2007, pp.135-174.

## REFERÊNCIAS

- ABITOL, Michel; HASAN-ROKEM, Galit; ASSIS, Yom-Tov Assis (eds.). *Hispano-Jewish Civilization after 1492*. Proceedings of *Misgav Yerushalayim's* Fourth International Congress for Research on the Sephardi and Oriental Jewish Heritage. Jerusalém: Misgav Yerushalayim, 1997. Hebrew, English, and Spanish.
- ASSIS, Yom Tov. *The Jews of Spain: from settlement to expulsion*. Jerusalém: World Zionist Organization, Dor Hemshech, 1988.
- BAER, Yitzhak F. *Galut [Exile]* Lanham, MD: University Press of America, 1988.
- \_\_\_\_\_. *The History of the Jews in Christian Spain*. Traduzido do hebraico por L. Schoffman. Philadelphia: Jewish Publication Society of America, 1992.
- BUTTARONI, Susan; MUSIAL, Stanislaw. *Ritual Murder: Legend in European History*. Krakow, Nuremberg e Frankfurt: Association for Cultural Initiatives, 2003.
- BERLIN, Isaiah. "The Origins of Israel" in HARDY, Henry (ed.). *The Power of Ideas*. Londres: Pimlico, 2001.
- CHARLES, R. H. *The Ethiopic Book of Enoch – Translated and revised*. Oxford: Clarendon, 1893.
- COHEN, Jeremy (ed.). *Essential Papers on Judaism and Christianity in Conflict: From Late Antiquity to the Reformation*. New York: New York University Press, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Christ Killers: The Jews and the Passion from the Bible to the Big Screen*. New York: Oxford University Press, 2007.
- COHEN, Shaye J. D. *From the Maccabees to the Mishnah*. Philadelphia: Westminster John Knox, 1987.
- DAN, Joseph. Vol. II, *Jewish Mysticism in the Middle Age*. Northvale, NJ e Londres: Jason Aronson, 1998-1999.
- ELIOR, Elijah. "Messianic Expectations and Spiritualization of Religious Life in the 16th Century" in RUDERMAN, D. (ed.). *Essential Papers on Jewish Culture in Renaissance and Baroque Italy*. New York, 1992, pp.283-298.
- \_\_\_\_\_. "The Doctrine of Transmigration in *Galya Raza*" in *Essential Papers on Kabbalah*. Ed. Lawrence Fine. New York: New York University Press, 1995, pp.243-269.
- \_\_\_\_\_. "From Earthly Temple to Heavenly Shrines – Prayer and Sacred Song in the Hekhalot Literature and its Relation to Temple Traditions". *Jewish Studies Quarterly*, vol. 4, 3 (1997), pp.217-267.
- \_\_\_\_\_. *The Three Temples: On the Emergence of Jewish Mysticism*. Portland, Oregon: Littman Library of Jewish Civilization, 2004.
- \_\_\_\_\_. "Early Forms of Jewish Mysticism" in KATZ, Steven (ed.). *The Cambridge History of Judaism: The Late Roman-Rabbinic Period*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, pp.749-791.
- \_\_\_\_\_. "Joseph Karo and Israel Ba'al Shem Tov". *Studies in Spirituality*, v. 17, 2007, pp.267-319.
- \_\_\_\_\_. *Jewish Mysticism: The Infinite Expression of Freedom*. Traduzido por Yudith Nave e Arthur B. Millman. Portland, Oregon: Littman Library of Jewish Civilization, 2007. Capítulo: "Historical and Literary Figures, Kabbalists, and Mystics mentioned in Jewish Mystical Literature", pp.135-174.
- \_\_\_\_\_. *The Mystical Origins of Hasidism*. Traduzido por Shalom Carmy. Portland, Oregon: Littman Library of Jewish Civilization, 2006. Traduzido para o polonês por Maciej Tomal como: *Mistyczne źródła chasydyzmu*. Cracóvia e Budapeste: Austeria, 2009.
- \_\_\_\_\_. "'Present but Absent', 'Still; Life' and a Pretty Maiden who has no Eyes", On the presence and absence of women in the Hebrew Language, in Jewish Culture and in Israeli life". *Studies in Spirituality* 20 (2010), pp.381-455.
- GAGER, John G. *The Origins of Anti-Semitism: Attitudes toward Judaism in Pagan and Christian Antiquity*. New York: Oxford University Press, 1983.
- GREEN, Arthur. *A Guide to the Zohar*. Palo Alto, California: Stanford University Press, 2004.
- HALPERIN, D. J. *The Faces of the Chariot: Early Jewish Responses to Ezekiel's Vision*. Tübingen: Mohr-Siebeck, 1988.
- HELLNER-ESHED, Melilah. *A River flows from Eden: The Language of Mystical Experience in the Zohar*. Stanford: Stanford University Press, 2009.
- IDEL, Moshe. *Kabbalah: New Perspectives*. New Haven: Yale University Press, 1988.

- ISAAC, E. "1 (Ethiopic Apocalypse of) Enoch, A New Translation and Introduction" in Charlesworth, James H. (ed.), *The Old Testament Pseudepigrapha*, 1, Garden City, New York: Doubleday, 1983, pp.5-89.
- KAPLAN, Aryeh (ed.). *Sefer Yetzirah: The Book of Creation; in Theory and Practice*. York Beach, Maine: Samuel Weiser, 1997.
- KARO, Joseph [1488-1575]. *Maggid Meisharim*, edited by Y. A. Bar Lev. Petach Tikva: 1990. [Hebraico]
- KATZ, Jacob. *Tradition and Crisis*, Jewish Society at the end of the Middle Ages. Traduzido por Bernard Dov Cooperman. New York: Schocken Books, 1993.
- KIMMELMAN, R. *Lecha Dodi and Kabbalat Shabbat*, The Mystical Meaning of Kabbalat Shabbat [Hebraico]. Jerusalém, 2003.
- KRAEMER, David C. (ed.) *The Jewish family: metaphor and memory*. New York: Oxford University Press, 1989.
- LIEBES, Yehuda. "The Messiah of the Zohar" in *The Messianic Idea in Jewish Thought: A Study Conference in Honor of the Eightieth Birthday of Gershom Scholem*. Jerusalém: Israel Academy of Arts and Sciences, 1982, pp.111, 208-215 [Hebraico].
- LANGMUIR, G.L. *Toward a Definition of Antisemitism*. Berkeley, Los Angeles: University of California Press, 1990.
- NEWSOM, Carol. "Shirot Olat HaShabbat" in *Qumran Cave 4, VI: Poetical and Liturgical Texts*, Part 1, vol. XI. Oxford: Clarendon Press, 1998, pp.173-402.
- \_\_\_\_\_. "Songs of the Sabbath Sacrifice". *Encyclopedia of the Dead Sea Scrolls*. Ed. Lawrence H. Schiffman and James C. VanderKam. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- PARKES, James. *The Conflict of the Church and the Synagogue*. Cleveland: The World Publishing Company, 1961.
- SCHATZ-UFFENHEIMER, Rivka. *Hasidism as Mysticism: Quietistic Elements in 18th Century Hasidic Thought*. Traduzido por Jonathan Chipman. Princeton: Princeton University Press, 1993.
- SCHOLEM, Gershom. *Major Trends in Jewish Mysticism*. Jerusalém: Schocken Publishing House, 1941.
- \_\_\_\_\_. *On the Kabbalah and its Symbolism*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1965.
- \_\_\_\_\_. *Jewish Gnosticism, Merkabah Mysticism and Talmudic Tradition*. New York: The Jewish Theological Seminary of America, 1965.
- \_\_\_\_\_. *Origins of the Kabbala*. Philadelphia: Jewish Publication Society of America, 1987.
- \_\_\_\_\_. *On the Mystical Shape of the Godhead*. New York: Schocken Books, 1991. Capítulos: "On The Kabbalah and its Symbolism", pp.104-108; "Shekhinah: The Feminine Element in the Divinity" pp.140-196.
- \_\_\_\_\_. *The Library of Gershom Scholem on Jewish Mysticism: Catalogue* (editors, J. Dan and E. Liebes), 2 volumes, Jerusalém, 1999.
- TAZBIR, Janusz. "Anti-Jewish Trials in Old Poland". *Scripta Hierosolymitana X XXVIII*, Jerusalém, 1998, pp.233-245.
- TISHBY, Isaiah. *The Wisdom of the Zohar, An Anthology of Texts*. Traduzido do hebraico por David Goldstein. Oxford: Oxford University Press, 1989.
- URBACH, Efraim Elimelech. "When did Prophecy End?". *Tarbiz*, 17, 1946, pp.1-11.
- \_\_\_\_\_. *The Sages, Their Concepts and Beliefs*. 2nd English Edition, Jerusalem: Magnes Press, 1979. (a)
- \_\_\_\_\_. *Collected Writings in Jewish Studies*. Ed. Robert Brody; Moshe D. Herr. Jerusalém: Magnes Press, 1979. (b)
- VANDERKAM, James. *Calendars in the Dead Sea Scrolls: Measuring Time*. New York, 1998.
- WERBLOWSKY, R. J. Z. *Joseph Karo – Lawyer and Mystic*. Philadelphia: Jewish Publication Society of America, 1980.
- WOLFSON, Elliot. R. *Through a Speculum that Shines: Vision and Imagination in Medieval Jewish Mysticism*. Princeton: Princeton University Press, 1994.
- YADIN, Yigael (ed.). *The Temple Scroll*. Jerusalém: Israel Exploration Society, 1977, Vol. 1. [Hebraico]

Recebido em 04/10/2014

Aceito em 18/12/2014